



Índice

- 01** [Caso Dom João: Quilombo realiza audiência em defesa do Território e da Identidade Quilombola](#)
- 02** [STF: Ministra Rosa Weber humaniza processo sobre o Decreto 4887/03](#)
- 03** [Uespi inclui curso superior a moradores de assentamentos e quilombos](#)
- 04** [Íntegra do voto da ministra Rosa Weber no julgamento sobre terras remanescentes de quilombos](#)
- 05** [Renan prorroga por 60 dias vigência da MP sobre pensão](#)
- 06** [Emater fomenta produção agrícola e pesqueira em Augusto Corrêa](#)
- 07** [Justiça condena prefeito e dentista por falta de atendimento a aldeias indígenas](#)
- 08** [UFSM deve se tornar a primeira universidade com moradia para estudantes indígenas](#)
- 09** [Comissão do Senado aprova indenização para ocupantes de terras indígenas](#)
- 10** [Região do Buriti não é área indígena, diz TRF](#)
- 11** [Carta da 44ª Assembleia Geral dos Povos Indígenas de Roraima](#)
- 12** [Famílias recebem madeira para levantar assoalho de casas por causa da cheia](#)
- 13** [Famílias atingidas pela cheia mudam de abrigo em Boca do Acre, no AM](#)
- 14** [Cabeça de índio](#)



- 15 [Bebê indígena morre após dormir com a mãe no Cantá, interior de RR](#)
- 16 [Rios enchem rápido e causam transtornos](#)
- 17 [Carcaça de geladeira vira transporte escolar na cheia do Rio Madeira](#)
- 18 [Mais Médicos: Projeto do PSDB é "atentado", diz ministro](#)
- 19 [O desafio de ouvir um grito indígena em meio ao indizível da catástrofe](#)
- 20 [Deputados que irão analisar PEC 215 são financiados por empresas do agronegócio e mineração](#)
- 21 [UFRR faz seletivo para professor de informática para o Instituto Insikiran](#)
- 22 [Indígenas da etnia Xavante participam da Semana do Índio em Uberlândia](#)
- 23 [A triste realidade da Saúde Indígena no Brasil, por Paulo Daniel Moraes](#)
- 24 [Abril: tempo de comemorações aos povos indígenas e às questões da terra](#)
- 25 [Pescadores de Cubatão fazem limpeza de rios e mangues](#)
- 26 [Proprietários de terras indígenas até 1988 podem receber indenização](#)
- 27 [Presidente do Tribunal de Justiça entrega veículo para atender as crianças indígenas](#)
- 28 [Atingidos por cheia usam canoa como meio de transporte, em Rondônia](#)
- 29 [Queimadas em áreas protegidas já passam de 6 mil este ano](#)
- 30 ['Operação Curare V' destrói pistas clandestinas em garimpo de Roraima](#)



Caso Dom João: Quilombo realiza audiência em defesa do Território e da Identidade Quilombola

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 27.03.2015



Por CPP Bahia Litoral

Na última quinta-feira (26), a Comunidade Quilombola Dom João, junto ao Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP), realizou audiência pública no Conselho de Desenvolvimento da Comunidade Negra do Estado da Bahia (CDCN) exigindo a permanência no seu território tradicional. Localizada no coração do recôncavo baiano, centro político e administrativo do sistema escravista no período colonial, essa comunidade negra pesqueira-rural vem sendo violentamente ameaçada pela prefeitura e fazendeiros interessados em construir empreendimentos turísticos no local.

Para prevalecer seus interesses políticos e econômicos, a prefeitura e os fazendeiros arquitetaram, perversamente, diversas estratégias visando a eliminação da comunidade do seu território tradicional. Desde 2009 a comunidade vem denunciando casos de violação aos direitos humanos, a exemplo da destruição de casas, criminalização de lideranças, negação de políticas públicas fundamentais e tentativas de homicídios contra os pescadores dentro dos manguezais.

CONT.



Em novembro de 2014, a prefeitura de São Francisco do Conde entrou com ação judicial para suspender a Certidão Quilombola e paralisar o processo de reconhecimento e regularização fundiária do Território quilombola, iniciado em junho de 2014. Essa atitude racista busca negar o direito de auto reconhecimento da comunidade como remanescente de quilombo assegurado na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho e inviabilizar a titulação do território quilombola conforme prevê o artigo 68 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias da nossa Constituição Federal.

Paralelamente a ação judicial, a prefeitura em parceria com Secretaria Estadual de Trabalho Emprego, Renda e Esporte vem se articulando com a Federação Automobilística da Bahia para construir um cartódromo e outros equipamentos turísticos dentro do território tradicional da comunidade, fato que explicita uma das razões para tantas ações violentas contra essa comunidade remanescente de quilombo.

Durante a audiência, a representante do Quilombo Dom João, Dona Joselita, se emocionou ao falar sobre as acusações de invasão do território e de falsificação de documentos. Estiveram presentes a Coordenação de Desenvolvimento Agrário (CDA), a Fundação Cultural Palmares, a Secretaria de Promoção da Igualdade Racial (Sepromi-BA), a Secretaria de Patrimônio da União (SPU), a SETRE. Além desses órgãos, outras entidades se fizeram presentes no apoio à comunidade, são elas: Associação dos Advogados dos Trabalhadores Rurais (AATR), o Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP) e o Grupo de Pesquisa GeografAR.

A comunidade exigiu informações sobre a construção do cartodromo para a SETRE, a elaboração dos Estudos de Impacto Ambiental referentes a este empreendimento, a delimitação das áreas da União pela SPU, a conclusão do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) pelo Instituto Nacional para Colonização e Reforma Agrária (INCRA), além do envolvimento da Sepromi-BA e da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR).

Além do Quilombo Dom João, cerca de 30 comunidades do Recôncavo baiano pontuaram a necessidade do Estado se comprometer e fazer valer os direitos das comunidades quilombolas. Comunidades como Quilombo Rio das Rãs, Rio dos Macacos, de Acupe, de Santiago do Iguape, de São Francisco de Paraguaçu, de Salamina Potumuju, de Guai, de Buri, de Ilha de Maré, de Conceição de Salinas da Margarida prestaram solidariedade ao Quilombo Dom João e se colocaram em luta permanente na defesa dos seus territórios:

Rejeitamos todo e qualquer tipo de violação aos direitos da comunidade Porto de D. João;

Exigimos que o Ministério Público Federal, a Fundação Cultural Palmares e o INCRA assegurem a efetivação dos direitos dessa comunidade;

Afirmamos nossa disposição e solidariedade para que a comunidade remanescente de quilombo Porto do João possa garantir a permanência em seu território tradicional, bem como as condições necessárias para a sua reprodução física e cultural.

Foto: Reprodução do site da CPP.

STF: Ministra Rosa Weber humaniza processo sobre o Decreto 4887/03

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 27.03.2015



Daiane Souza, FCP

A ministra Rosa Weber defendeu nesta quarta-feira (25) a constitucionalidade do Decreto 4887/03. Em julgamento pelo Supremo Tribunal Federal (STF), desde 2012, o documento que regulamenta o procedimento para a titulação das terras ocupadas por remanescentes quilombolas tem sua legalidade questionada pelo Partido Democratas (DEM) por meio da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 3239/04.

Contrária ao voto do relator da ação, Cesar Peluso, a ministra apontou jurídica, histórica e antropologicamente a importância das comunidades tradicionais de quilombos à construção da sociedade e da identidade nacional brasileira. Humanizando o processo, destacou detalhes do cotidiano quilombola em sua relação com a terra. "Estamos tratando de pessoas e de seus direitos fundamentais", afirmou.

De acordo com Rosa Weber, na ação existe apontamento expresso de afronta aos Artigos 5º,

CONT.



24º e 84º do Decreto 4887/03, ao Artigo 6º da Constituição Federal e 68º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT). “Porém, o Artigo 68 do ADCT, que reconhece a propriedade definitiva aos remanescentes dos quilombos que estejam ocupando suas terras, é auto-aplicável por se tratar de um direito fundamental”, disse.

Nesse sentido, a ministra explica que não houve invasão da esfera de competência do Legislativo. “O objetivo do decreto presidencial é direcionar com regras administrativas à atuação do Estado em assegurar um direito já previsto pela Constituição de 1988, não necessitando de lei que o regulamente”, esclareceu.

Identidade étnica e direito à terra – Entre os aspectos questionados pelo partido está o critério de auto-atribuição em que, para serem certificados pela Fundação Cultural Palmares (FCP/MinC), os quilombolas precisam se declarar como remanescentes negros. Sobre esse assunto, Rosa disse que o auto-reconhecimento é válido, pois ignorá-lo significaria descumprir o princípio da dignidade humana.

Ela citou a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), da qual o Brasil é signatário, que dispõe: “nenhum Estado tem o direito de negar a identidade de um povo indígena ou tribal que se reconheça como tal”. A ministra destacou, ainda, o que chamou de nativização da população quilombola. Nesse contexto, comparou e apontou as semelhanças entre a cultura tradicional negra às das comunidades indígenas brasileiras.

A ação também sustenta a inconstitucionalidade do processo para caracterização e delimitação das terras quilombolas. Sob a ótica de Rosa Weber, a Constituição reconhece a propriedade definitiva dos quilombolas sobre seus territórios cabendo ao Estado reconhecê-los, promovendo então, a emissão dos títulos dessas áreas. Quanto ao Decreto, ela esclareceu que o objetivo foi retirar as populações quilombolas da marginalidade da lei.

Divergências – Com a declaração de voto da ministra, que julgou a ADI improcedente, o julgamento está empatado. Na relatoria do caso, Cesar Peluso (aposentado), votou pela procedência da ação e, portanto, pela inconstitucionalidade do Decreto 4.887/2003. Apesar disso, ele modulou os efeitos da decisão classificando como “bons, firmes e válidos” os títulos emitidos até então.

Com o pedido de vista do processo pelo ministro Dias Toffoli, não há previsão para que o julgamento da ADI 3239 volte à pauta do STF.



Uespi inclui curso superior a moradores de assentamentos e quilombos

SÍTIO MEIONORTE.COM, 27.03.2015

Com objetivo de inserir a população quilombola e residentes de áreas da Reforma Agrária no ensino superior, a Universidade Estadual do Piauí (Uespi) através do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), encerrou ontem (27) as inscrições de 150 vagas nos cursos especiais de Licenciatura Plena em Pedagogia, Licenciatura Plena em Geografia e Bacharelado em Agronomia.

A Uespi informa que a parceria é firmada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA e Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA. Sendo assim, a seleção dos aprovados será feita por provas inscritas de múltipla escolha e Memorial nas cidades de Bom Jesus (Pi), São Raimundo Nonato (Pi), Picos, Barras (Pi), Teresina (Pi), Esperantina (Pi), Parnaíba (Pi) e São João do Piauí.

De acordo com o Edital PREG Nº 019/2015, 50 candidatos concorrem ao curso especial de Licenciatura em Pedagogia, sendo eles jovens e adultos das famílias residentes em áreas envolvidas em ações de Reforma Agrária. Com a aprovação, as aulas serão ministradas no Campus Poeta Torquato Neto (Teresina).

Repórter: Daniely Viana



Boletim de Notícias - Edição nº 57/2015

Brasília, 30 de março de 2015.

Íntegra do voto da ministra Rosa Weber no julgamento sobre terras remanescentes de quilombos

SÍTIO JUSTIÇA EM FOCO, 27.03.2015

Leia a íntegra do voto da ministra Rosa Weber no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 3239, ajuizada pelo Partido Democratas (DEM) contra o Decreto nº 4.887/2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes de comunidades dos quilombos.

A ministra votou pela improcedência da ação, concluindo pela constitucionalidade do decreto presidencial. O julgamento da ADI encontra-se suspenso em razão de pedido de vista formulado pelo ministro Dias Toffoli.

[Clique aqui e leia a íntegra do voto da ministra Rosa Weber na ADI 3239](#)



Renan prorroga por 60 dias vigência da MP sobre pensão

SÍTIO DIÁRIO DO LITORAL, 27.03.2015

Também a medida provisória sobre seguro-desemprego foi prorrogada até o dia 2 de junho

O presidente do Congresso Nacional, Renan Calheiros (PMDB), prorrogou por mais 60 dias a vigência das medidas provisórias que trazem novas regras para pensões por morte do INSS e seguro-desemprego, além de alterar sistemas de acesso ao auxílio-doença, seguro-defeso aos pescadores e ao PIS. A decisão foi publicada no Diário Oficial.

As MPs 664 e 665 foram publicadas no dia 30 de dezembro, ao apagar das luzes de 2.014 e precisam ser votadas na Câmara e Senado, para não perderem a validade. Ambas estão em vigor desde o último dia 1º e são motivos de manifestações de trabalhadores e aposentados.

As pensões por morte do INSS reduz o cálculo das pensões de 100% do valor de benefício do segurado para 50% mais 10% por dependente até o limite de 100%. As novas regras não permitem que viúvas jovens tenham direito a pensão pelo resto da vida. Foi estabelecida uma fórmula que envolve a expectativa de vida do IBGE.

A MP 665 estabelece que o valor será vitalício para mulheres com até 35 anos de expectativa de vida, o que significa que o beneficiário tenha, atualmente, 44 anos ou mais.

Ficou estipulado pelo texto da MP, que a viúva que tiver entre 39 e 43 anos receberá pensão por 15 anos. As que tiverem idade entre 33 e 38 anos vai receber o benefício por 12 anos. O cônjuge com 28 a 32 anos terá pensão por nove anos. Quem tiver entre 22 e 27 anos receberá o valor por seis anos. E o cônjuge com 21 anos ou menos receberá a pensão por morte por apenas três anos.

COBAP

A decisão de Renan Calheiros em prorrogar a vigência das MPs 664 e 665 causou indignação em líderes de aposentados. A direção da Confederação Brasileira de Aposentados (COBAP), novamente está cobrando posturas mais independentes do Parlamento diante do Planalto.

“É lamentável observar o Senado e a Câmara dos Deputados se curvando diante das arbitrariedades da presidenta Dilma. As duas casas representam o povo, mas em episódios recentes parecem estar a serviço do Governo”, declarou o vice-presidente da Confederação, Moacir Meirelles, que tem realizado um constante trabalho de articulação política em gabinetes das lideranças.



Emater fomenta produção agrícola e pesqueira em Augusto Corrêa

SÍTIO AGÊNCIA PARÁ, 27.03.2015

Em Augusto Corrêa, que comemora 54 anos neste sábado, 28, a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará (Emater) assiste a famílias agricultoras tradicionais, extrativistas e pesqueiras em 20 comunidades. No município, as principais atividades econômicas são a pesca artesanal, a aquicultura (com destaque para a criação de ostras), a mandiocultura (com enfoque para produção de farinha), cultivo do feijão caupi e manejo de bacurizeiros.

Em 2014, o órgão estadual elaborou 53 projetos de crédito que totalizaram R\$ 132,5 mil e para fomento às cadeias produtivas do município. O escritório local contemplou 143 famílias agricultoras com a emissão da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), documento que garante acesso a políticas públicas, como os programas Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), de Habitação Rural (PNHR) e de Aquisição de Alimentos (PAA) e ainda para crédito rural e para aposentadoria.

De acordo com o coordenador do escritório da Emater em Augusto Corrêa, Robson Nascimento, no ano passado 21 produtores foram inseridos no PAA, com acréscimo de 30% na renda familiar. Outros 20 produtores foram inseridos no Pnae, alcançando uma aumento na renda familiar de 50%. "Além disso, 150 famílias estão sendo atendidas pelo Plano Brasil Sem Miséria, um grupo de trinta mulheres das comunidades de Malhado e Anoirá foram capacitadas com oficinas de artesanato e ainda atendemos a 16 ostreicultores", ressalta Nascimento.

Em 2014, a Emater contemplou um total de 290 famílias no município.

Paula Portilho
Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Pará



Justiça condena prefeito e dentista por falta de atendimento a aldeias indígenas
SÍTIO DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 27.03.2015

A Justiça de Mato Grosso condenou o atual prefeito da cidade de Paranatinga, Vilson Pires (PRP), e o dentista Jorge José Zamar Neto, por atos de improbidade. Segundo o Ministério Público, autor da ação, o dentista foi contratado sem licitação para prestar assistência nas aldeias indígenas Xavante e Bakairi, no município.

A Promotoria afirma que o dentista recebeu R\$ 41 mil dos cofres públicos, entre setembro de 2009 e abril de 2010, mas não prestou os serviços na forma devida. De acordo com o Ministério Público ele não cumpria o contrato com jornada mensal de 20 dias junto às aldeias, firmado com a Prefeitura.

"Realizou apenas uma única visita que durou aproximadamente dois ou três dias, bem como, outros 7 atendimentos na sede do município, conforme apurado em procedimento de investigação preliminar, o que representa apenas 4,2% do contrato total", diz a sentença.

Em depoimento, o cacique Darci Uptobre afirmou que o antigo dentista que atendia a aldeia ficava 15 dias no local. Folgava 10 e ficava de sobreaviso em caso de alguma emergência indígena.

"O dr. Jorge sem qualquer consulta à comunidade indígena (...) referido profissional (Dr. Jorge), desde que foi contratado, esteve na aldeia uma única vez, ficando aproximadamente 3 dias (...) que o dr. Jorge também nunca atendeu os índios na sede do município; que o dr. Jorge não trabalhava no atendimento dos indígenas, dentro ou fora da aldeia (...)", disse o índio.

O prefeito e o dentista deverão ressarcir o erário em R\$ 39.278 00. Eles também foram multados e deverão pagar R\$ 117.834,00 equivalente a três vezes o valor do dano. Os dois tiveram os direitos políticos suspensos e estão proibidos de contratar com o poder público pelo prazo de 10 anos.

Trata-se de uma decisão de primeira instância. Os réus ainda poderão recorrer. O prefeito e o dentista não foram localizados para comentar a sentença judicial.

UFSM deve se tornar a primeira universidade com moradia para estudantes indígenas

SÍTIO ZERO HORA, 27.03.2015

A casa começou a ser discutida com alunos e caciques em outubro de 2014



Foto: Divulgação / UFSC

Melhores condições para a permanência dos estudantes e uma educação diferenciada, que respeite modos e costumes do povo indígena. Este foi o assunto da reunião realizada na última quinta-feira em uma das salas da reitoria da Universidade Federal de Santa Maria.

O reitor Paulo Afonso Burmann, o vice-reitor Paulo Bayard Dias Gonçalves e diversos pró-reitores reuniram-se com caciques, estudantes, representantes do Conselho de Missão entre Povos Indígenas (COMIN) e da Fundação Nacional do Índio (FUNAI). O foco principal do encontro foi a moradia estudantil.

CONT.



A casa começou a ser discutida conjuntamente com os estudantes e caciques indígenas em outubro de 2014. A UFSM estaria a poucos passos de se tornar a primeira instituição com uma moradia pensada para e com estudantes indígenas. O projeto da casa, que está praticamente finalizado, já foi aprovado pelas aldeias, segundo o pró-reitor adjunto de Infraestrutura, Benoine Josué Poll.

Os apartamentos não diferem dos que hoje estão construídos, o diferencial é a disposição dos blocos, que conforme vão sendo construídos vão formar um círculo, conforme as exigências feitas pelos indígenas condizentes com seus costumes e cultura. A previsão inicial é para a construção de quatro prédios, com 16 apartamentos cada, comportando 128 moradores por bloco.

O próximo passo é a licitação para o início da obra, afirma o reitor Burmann:

— Tão logo recebamos os recursos, este projeto, que foi constituído em conjunto, será encaminhado o processo de licitação e daremos início a obra.

Comissão do Senado aprova indenização para ocupantes de terras indígenas
SÍTIO MS NOTÍCIAS, 27.03.2015



Foto: Reprodução

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou, na última quarta-feira, substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 71/2011 que possibilita a indenização a detentores de títulos dominiais de terras declaradas indígenas expedidos até 5 de outubro de 1988, data de promulgação da Constituição Federal.

Os produtores agrícolas, cujas terras foram demarcadas a partir de outubro de 1993, poderão ser indenizados pela União, segundo estabelece o artigo 67 das Disposições Transitórias da Constituição de 1988. A proposta segue, agora, para dois turnos de discussão e votação no Plenário do Senado, ainda sem data definida.

A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) apoiou o texto da PEC porque a mesma poderá, finalmente, resolver um dos principais problemas dos produtores rurais: aqueles que tiveram de desocupar terras demarcadas como indígenas e não foram ressarcidos. Estes agricultores não eram indenizados pelo valor da terra nua, recebiam apenas pelas benfeitorias feitas nas propriedades.

Visão pacificadora - Ao defender seu substitutivo, o relator, senador Luiz Henrique (PMDB-SC), ressaltou a visão pacificadora contida em sua iniciativa. Segundo ele, a PEC trará justiça e paz ao campo entre ocupantes de terras indígenas e indígenas.

"A matéria cria a possibilidade de indenização das benfeitorias e da terra ocupada, de boa-fé, por pessoas que ali se instalaram munidas de títulos de reforma agrária ou outros concedidos pelos governos dos estados e Federal", afirmou.

CONT.



Mesmo garantindo que a proposta não fere direitos dos povos tradicionais, Luiz Henrique mostrou-se atento à possibilidade de a medida “amparar usurpadores de terra indígena, aqueles que a ocuparam ilegal e clandestinamente”.

Substitutivo - Para coibir ações de grileiros ou posseiros, à margem da lei, o relator impôs, por meio do substitutivo, mais rigor nos critérios de indenização. Assim, para reivindicar esse direito, o detentor do título dominial terá não só de provar a concessão do documento pelo poder público, mas também ter sofrido prejuízo com a declaração da terra ocupada como indígena.

Outra exigência estabelecida pelo relator é que a posse atual seja justa, isto é, não tenha ocorrido de forma violenta, clandestina ou precária. E, também, de boa-fé: que o beneficiário do título, ou quem o tenha sucedido, prove desconhecer vício ou obstáculo capaz de impedir a aquisição da terra.



Região do Buriti não é área indígena, diz TRF

SÍTIO AGORA MS, 27.03.2015

A vice-presidência do Tribunal Regional Federal da 3ª Região negou seguimento aos recursos impetrados pela Funai – Fundação Nacional do Índio e pelo Governo Federal relativo à pretensão de ampliar de 2 mil para 17 mil hectares a Terra Indígena Buriti, localizada entre os municípios de Dois Irmãos do Buriti e Sidrolândia (MS). A decisão confirma posição anterior dos desembargadores do TRF, considerando que não há comprovação de que a área pretendida era terra de ocupação tradicional indígena.

Com o novo deferimento, os produtores tiveram ratificado definição de que a área não estava sendo habitada por indígenas em 1988, data da promulgação da Constituição Federal, marco temporal estabelecido no caso Raposa Serra do Sol (RR) para julgamentos dessa natureza. A decisão vem no momento em que os produtores consideram esgotadas as possibilidades de negociação da área, que abrange pelo menos 34 propriedades e está sendo conduzida pelo Ministério da Justiça desde 2012.

Além da diferença de valores oferecida pelo Governo Federal em relação ao preço de mercado da terra, a negociação esbarra na burocracia para efetivar o pagamento. “O governo não acenou positivamente, não se mostrou um interlocutor confiável e não havia previsão de definição antes de 2017”, alega o advogado dos produtores, Newley Amarilla, que comemora a última decisão obtida na Justiça. “A partir de agora, só vamos sentar na mesa de negociação com a posse da propriedade. De nada adianta ter o título se não posso usar a propriedade. Isso não é uma negociação, é uma rendição”, avalia.

Para a Famasul – Federação da Agricultura e Pecuária de MS, a decisão pode indicar que o tormento dos produtores que têm áreas invadidas há anos na região pode estar chegando ao fim. “Os proprietários têm documentos legítimos de propriedade das áreas e mesmo assim tiveram que abandonar suas casas, suas histórias, suas vidas. A invasão trouxe a violência e gerou uma insegurança jurídica que atinge toda a sociedade.

Esperamos que a Justiça possa corrigir essa distorção e restabelecer a legalidade garantida pela Constituição”, afirma o presidente da entidade, Nilton Pickler. O dirigente reforça que a decisão demonstra a maturidade do judiciário e traz perspectiva de resolução para outros litígios registrados no Estado.

O caso Buriti - A Terra Indígena Buriti foi demarcada em favor dos índios Terena em 1928 pelo SPI – Serviço de Proteção ao Índio, órgão que antecedeu a Funai, e homologada em 1991, dentro do prazo previsto pela Constituição, com 2 mil hectares. Em 1999 a Funai criou um Grupo de Trabalho (GT) visando aumentar os limites da mesma e posteriormente publicou portaria pela qual ampliava a área Buriti para 17 mil hectares.

CONT.



As invasões de indígenas às propriedades que margeiam a aldeia iniciaram em 2000, levando os produtores a entrar com Ação Declaratória de Domínio na Justiça Federal de Campo Grande, pedindo o reconhecimento da propriedade legítima. A reivindicação foi considerada procedente pelo Juiz Federal Odilon de Oliveira e o caso foi levado para a segunda instância.

No TRF a sentença inicial foi modificada levando os proprietários a ingressar com recurso, tendo o processo entrado em julgamento por embargos de infringentes. Depois de dois pedidos de vistas, em 2012 os desembargadores julgaram favorável o recurso dos proprietários rurais confirmando a decisão de primeira instância, determinando a saída dos indígenas. Com a decisão, as terras foram declaradas pertencentes aos produtores rurais. A Funai e a União recorreram ao STF e ao STJ, porém o TRF negou seguimento aos recursos.

Nesse ínterim, o Governo Federal iniciou negociação para compra das áreas da Buriti, como forma de dirimir os conflitos causados pelas invasões. Atualmente, 20 propriedades na região de Buriti estão invadidas por indígenas, todas com decisão judicial de reintegração de posse. No total, MS tem 84 propriedades invadidas atualmente.

Fonte: Aprosoja/MS



Carta da 44ª Assembleia Geral dos Povos Indígenas de Roraima
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 28.03.2015

Excelentíssimas Autoridades Públicas

Nós, Povos Indígenas Macuxi, Wapichana, Taurepang, Ingaricó, Wai-Wai, Patamona, Saporá, Yanomami e Ye'kuana, representando a população aproximada de 58 mil pessoas pertencentes às 35 terras indígenas existentes no Estado de Roraima, nos reunimos na 44ª Assembleia Geral dos Povos Indígenas de Roraima realizada nos dias 11 a 14 de março de 2015 no Centro Indígena Lago do Caracaranã, Terra Indígena Raposa Serra do Sol, sob o tema "Fortalecer a nossa União, Cultura, Direitos e Autonomia", com um total de 1.352 líderes indígenas presentes representando 175 comunidades das regiões do Amajari, Baixo Cotingo, Raposa, Serras, Serra da Lua, Surumu, Murupu, Taiano, São Marcos, Wai-Wai, e Yanomami, e apoiados por nossas organizações indígenas parceiras Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira – COIAB, Organização das Mulheres Indígenas de Roraima – OMIR, Hutukara Associação Yanomami – HAY, Organização dos Professores Indígenas de Roraima – OPIRR, Associação dos Povos Indígenas da Terra Indígena São Marcos – APITSM, Associação dos Povos Ye'kuana do Brasil – APYB, Associação KAPOI e Organização dos Índios da Cidade – ODIC, e organizações indigenistas, do movimento social, instituições públicas e privadas. Reafirmando nossos direitos e garantias amparados nos dispositivos Constitucionais 231 e 232 da Constituição Federal de 1988, estabelecidos nos tratados dos direitos humanos, em especial na Convenção 169 da OIT e na Declaração da ONU sobre os Povos Indígenas, vimos apresentar nossas reivindicações:

Nossa Assembleia e nosso tema

Nós povos indígenas em Roraima estamos unidos na reivindicação de nossos direitos, até o último índio. Ao mesmo tempo estamos preocupados com o tratamento dado aos povos indígenas no Brasil. As violações de direitos avançam com a falta de reconhecimento de direitos, ausência de políticas públicas específicas, falta de recursos para implementação de programas e ações, colocando em risco nossas vidas, cultura e autonomia. Ao mesmo tempo, a impunidade dos crimes ocorridos no passado é um fato concreto que pesa sobre as vítimas indígenas e não dão respostas de justiça para as comunidades indígenas. Por isso afirmamos:

Nossos direitos são inegociáveis, indisponíveis, e não subordinados a acordos políticos;

Respeito a aplicabilidade dos Direitos e Políticas Públicas, começando no Direito de Consulta – algumas condicionantes estabelecidas na Ação 3388 do STF, no caso Raposa Serra do Sol, são abusivas e inconstitucionais, especialmente sobre a restrição do marco temporal como condição para vigência de direitos a terra. Da mesma forma, várias propostas de lei e emendas constitucionais mostram abusos legislativos, como exemplo a PEC 215 que tramita no

CONT.



Congresso Nacional e coloca em risco a vida dos povos indígenas ao reverter os direitos a demarcação das terras indígenas;

Pela rejeição e arquivamento da PEC 215/2000, PLP 227/2012, PL 1610/96 e todo ato, decisão que venha facilitar a invasão, esbulho e exploração ilegal das terras indígenas;

Que todas medidas administrativas e legislativas observem as determinações legais da Convenção 169 da OIT para que os povos indígenas sejam respeitados, especialmente tenham assegurado o direito à consulta, e o respeito ao consentimento livre, prévio e informado sobre toda e qualquer ações, programas e legislação que venham a afetar a vida dos povos indígenas.

Situação Fundiária Indígena

A regularização das terras indígenas é prioridade e o ponto central dos direitos indígenas. O direito de posse à terra indígena deve ser reconhecido e garantido, especialmente aquelas demarcadas em ilhas que não observaram os critérios constitucionais para a demarcação da terra.

Reafirmamos ainda, que o direito dos povos indígenas é anterior a qualquer início de procedimento demarcatório ou ato formal, por isso a ideia de que existe um marco temporal como ponto de início dos direitos indígenas fere nossos direitos constitucionais. O direito sobre a terra indígena é originário, pré-existente ao ato de demarcação. Não é a demarcação que cria o direito, esse é meramente um ato administrativo obrigatório, parte do reconhecimento oficial da terra indígena. Assim como também a obrigação do Estado Brasileiro com os povos indígenas não termina com a demarcação e registro da terra, é preciso ter medidas efetivas de proteção à posse indígena, com procedimentos adequados para ações de monitoramento, fiscalização e proteção das Terras Indígenas. Desta forma reivindicamos:

Que as autoridades federais competentes tenham ações sistematizadas para coibir as invasões, o garimpo ilegal, o esbulho e as turbações nas terras indígenas;

Que se dê continuidade à fiscalização com criação de postos no Jacarezinho, Conceição do Maú, Placa, Vizeu, Barro, Novo Paraíso, iniciado na operação Upatakon na Terra Indígena Raposa Serra do Sol – RR;

Que haja apoio técnico-financeiro para implementar e apoiar os planos das comunidades indígenas em suas ações de monitoramento de suas terras com estruturação dos pontos Tabatinga, Willemon, Água Fria, Pedra Branca, Lage e Socó;

Que haja desintrusão dos não indígenas que estão na comunidade indígena do Barro (João do Boi, que já foi indenizado, Kinetto, Telso Mota e Mauro);

CONT.



Que haja providências imediatas contra garimpeiros e empresas envolvidas na invasão da Terra Indígena Boqueirão;

Que a Polícia Federal, IBAMA e Funai ajam para a proteção dos direitos coletivos indígenas;

Que haja providências para a retirada dos garimpeiros constatados nos rios Uraricoera, Amajari e Apiaú na Terra Indígena Yanomami, na Terra Indígena Jacamim e comunidades indígenas Mutum e Água Fria na Terra Indígena Raposa Serra do Sol;

Que haja reconhecimento oficial das Terras Indígenas Anzol e Lago da Praia na região Murupu e Terra Indígena Arapuaá na região Taiano;

Que haja medidas especiais para o reconhecimento oficial das comunidades indígenas que ficaram de fora da demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, comunidades indígenas São Francisco e Kaxirimã, assegurando seus direitos a terra, possibilitando que não sofram invasão ou ameaças de remoção;

Que haja providências para a rejeição do Projeto Lei que visa a autorização da construção das Hidrelétricas na Cachoeira do Tamanduá e na Cachoeira do Bem Querer;

Que haja medidas especiais que possibilitem ações conjuntas entre CIR, IBAMA, FUNAI e comunidades indígenas para vigilância, monitoramento e fiscalização nas terras indígenas;

Que a Funai crie GT para estudar e atender os pedidos de ampliação das terras indígenas em Roraima, uma vez que as demarcações em ilhas têm causado disputas sobre a terra e acesso aos recursos naturais;

Que na ampliação da Terra Indígena Araçá se considere os pedidos das comunidades indígenas que pedem ampliação que vai do igarapé Paraíso até o igarapé do Silêncio. E ainda se adote providências para a retirada dos não indígenas invasores que estão morando na comunidade Três Corações;

Que se considere o pedido de ampliação da Terra Indígena Ponta da Serra, a qual as lideranças destas comunidades pedem para fazer parte a área da fazenda Guanabara;

Que se considere o pedido de ampliação da Terra Indígena Aningal, bem como a retirada do rebanho bovino pertencente ao senhor Ailton Wanderley e providências para indenização por motivo que estes animais foram criados dentro do território indígena que já era demarcado, homologado e registrado desde o ano de 1982;

Que o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheça os direitos constitucionais indígenas para concluir o processo de demarcação da Terra Indígena Anaro e reintegrar a posse da ocupação denominada "Fazenda Tipografia" para a comunidade indígena e determinar a retirada do fazendeiro Oscar Maggi e Aldo Dantas, este último ex-ocupante da Terra Indígena Raposa

CONT.



Serra do Sol que usando de má fé conseguiu um registro indígena para justificar a permanência dentro da terra indígena;

Que o STF decida pelos direitos dos povos indígenas no caso do Lago da Praia para que as comunidades indígenas Morcego, Serra da Moça e Serra do Truaru tenham seus direitos assegurados.

Gestão Territorial e Sustentabilidade

Os povos indígenas tem o papel fundamental para a proteção territorial e ambiental. Toda ação e programa deve ter a garantia de apoio e participação das comunidades indígenas e suas instituições representativas. Considerando nossos conhecimentos e experiências indígenas, bem como a necessidade de ter uma Plano de Bem Viver para as futuras gerações indígenas, propomos:

Que haja a implementação dos Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA) no Centro Maturuca e Polo-Base Santa Cruz, ambos na Terra Indígena Raposa Serra do Sol, e nas Terras Indígenas Manoá – Pium, Jacamim, Boqueirão, Mangueira, Serra da Moça e Aningal, e dos Planos de Enfrentamento das Mudanças Climáticas nas Terras Indígenas Jacamim, Manoá – Pium e Malacacheta, já construídos;

Que haja apoio para a formação continuada dos Agentes Territoriais e Ambientais Indígenas (ATAI);

Que haja programa específico para os povos indígenas que apoie para produção na Agricultura Indígena, considerando sua organização social, usos, costumes e realidade;

Que a Secretaria de Agricultura repasse para a região equipamentos de irrigação de futuros projetos, que serão administrados pelas lideranças para as comunidades, em prol da promoção da agricultura e pecuária nas comunidades indígenas;

Que todos os projetos que vierem para as comunidades indígenas, como os equipamentos agrícolas destinados aos povos Indígenas através do Programa Território da Cidadania e MDA, sejam repassados para a responsabilidade da região indígena;

Que os produtos indígenas tenham tratamento diferenciado para venda, através de criação de DAPs (Declaração de Aptidão ao PRONAF) específicas e adaptadas à situação indígena;

Que sejam feitos PGTA's nas sete terras indígenas da região Amajari (Ouro, Anaro, Ponta da Serra, Araçá, Santa Inês, Garagem e Ananás);

Exigimos que todos os projetos que vierem para a região passem pelo reconhecimento das lideranças Indígenas da região;

CONT.



Que o CIR tenha apoio para fazer parcerias para desenvolver programas de capacitação em cooperativismo para as regiões;

Que haja parcerias para implantação de melhoramento das pastagens bovinas em regiões onde ocorre muita seca.

Nosso Meio Ambiente

Que as Secretarias Estadual e Municipal responsáveis pelas obras informem qualquer reforma e construção de estradas para a organização indígena, as regiões e comunidades, para que tenham conhecimento e possam tomar ciência do projeto;

Queremos que as empresas de eletrificação construam uma cerca de proteção ao longo das estradas federais – BRs para evitar a passagem de animais como bovinos e equinos das comunidades indígenas;

Que as empresas de manutenção e construção das BRs, construam sistemas de segurança em todas as saídas de comunidades;

As empresas de eletrificação e manutenção de estradas e BRs devem garantir em seus orçamentos como medida de compensação, materiais para manutenção de cercas limites das Terras Indígenas (linha seca);

Que haja uma compensação dos empreendimentos de eletrificação e construções de BRs para todas as Terras Indígenas no Estado de Roraima;

Que sejam reconhecidos e respeitados pelas autoridades e órgãos públicos os regimentos indígenas das comunidades indígenas, e as normas do Centro Regional Indígena Lago Caracaranã;

Que a FUNAI tome providências para a homologação das pistas de pouso de aeronaves em áreas indígenas que atendem as necessidades das comunidades;

Que a ADERR no período de campanha realize o trabalho com acompanhamento dos Técnicos Indígenas de vacinação de cada Região;

Denunciamos que as máquinas do Programa Território da Cidadania em parceria com MDA e prefeitura estão servindo para construção de açudes para o vereador Tonico do município Normandia, dentro da região da Raposa;

Denunciamos a caça e pesca clandestina em nossa terra Indígena por pessoas não indígenas com finalidade de venda, ocorrendo nos rios Maú e Tacutú, na fronteira Internacional Brasil-Guiana, terra Indígena Raposa Serra do Sol;

CONT.



Denunciamos que as empresas que atuam em reforma das BRs 401 e 433 estão retirando água dos mananciais naturais na terra indígena, pois estas empresas cada vez têm prejudicado o nosso meio ambiente e não tem compensado estes prejuízos;

As comunidades indígenas denunciam que estão pagando nas contas de energia um item chamado de Iluminação Pública, sem terem esse serviço;

Que a conta de luz anterior à posse dos indígenas deste centro regional Lago Caracaranã seja paga pelo responsável da época (Joaquim Correia);

Que a FUNAI, DNIT e SEI viabilizem um projeto de compra de arame para cercar as margens da BR 403 que interliga o entroncamento do Surumu ao Contão.

Direitos Indígenas e Autonomia

Justiça e proteção aos direitos humanos são salvaguardas essenciais. A impunidade dos crimes cometidos contra os povos indígenas contribui para novas práticas de crimes e abusos. O exemplo disso é a impunidade pela destruição do Centro Indígena de Formação e Cultura Raposa Serra do Sol ocorrido em 2005, e das Comunidades Indígenas Jawari, Homologação e Brilho do Sol, ocorrido em 2004, e dos atentados contra a comunidade indígena em 2008, onde dez indígenas foram baleados por empregados do arrozeiro Paulo Cesar Quartiero. Que as autoridades não deixem tais crimes caírem na prescrição e impunidade.

Com nossa manifesta preocupação queremos juntos sensibilizar nossas autoridades para reverter esse quadro negativo que assola os Povos Indígenas. Por se tratar de Justiça e de Direitos queremos medidas efetivas para frear qualquer violação dos direitos humanos dos Povos Indígenas no Brasil.

Saúde Indígena

Saúde e Educação, sem nenhuma discriminação – A crise sobre a saúde e educação ameaçam a organização social, usos e costumes indígenas. O governo deve planejar e garantir serviços de assistência à saúde adequados, com garantia de recursos necessários baseado na realidade das comunidades indígenas, inclusive na prioridade para a formação e contratação de pessoal de saúde da comunidade local, considerando as condições econômicas, geográficas, sociais e culturais indígenas.

Que a SESAI faça contrato direto nos quadros da União dos profissionais indígenas Agentes Indígenas de Saúde (AIS), Agentes Indígenas de Saneamento (AISAN), Microscopistas, Parteiras, Agentes Indígenas de Endemias (AIEN), conforme entendimento do Ministério Público Federal sobre os direitos específicos aos profissionais indígenas, para que não haja a contratação via empresa terceirizada;

CONT.



Que a SESAI construa as casas de apoio nos polos base do Matiri, Bismarck, Santa Cruz e Raposa para as equipes profissionais que atuam nas comunidades indígenas;

Que a SESAI construa casas de apoios em todas as regiões conforme a demanda as comunidades indígenas apresentadas nessa assembleia para melhor atendimento à saúde indígena;

Que a SESAI reconheça o Polo Base Imbaúba, e faça as obras necessárias neste polo, conforme os projetos de 2010 e 2014;

Que a SESAI cumpra os programas aprovados no Plano Distrital e feitos pelas regiões em 2010 e 2012;

Que a SESAI garanta os medicamentos básicos nos postos de saúde das comunidades indígenas;

Que a SESAI crie um hospital para atender os indígenas conforme o seu costume;

Que a SESAI crie na CASAI e no Hospital Geral um espaço de trabalho para os médicos tradicionais – PAJÉS.

Educação Escolar Indígena

Que a Secretaria Estadual de Educação entregue a merenda escolar em tempo correto para as escolas, e seja suficiente para o período determinado;

Que a Universidade Federal de Roraima – UFRR amplie os números de vagas para indígenas no Processo Seletivo Indígena – PSEI;

Que a Secretaria Estadual de Educação faça a construção e reformas de prédios escolares existentes nas comunidades Indígenas;

Que a Secretaria Estadual de Educação promova a capacitação continuada dos Professores Indígenas;

Que a Secretaria Estadual de Educação contrate o pessoal de apoio para as escolas indígenas conforme suas necessidades;

Que a Secretaria Estadual de Educação contrate coordenadores pedagógicos para as escolas;

Reivindicamos que haja Concurso Diferenciado Específico Indígena para contratar professores Indígenas;

CONT.



Reivindicamos que a Escola Estadual Indígena Tipiri Tiwi, da comunidade Cachoeirinha, volte a funcionar, pois os alunos estão prejudicados com a falta de professores desde julho de 2014;

Reivindicamos que a Secretaria Estadual de Educação estruture todos os Centros Regionais de Educação existentes em todas as Terras Indígenas;

Que o poder executivo do estado e dos municípios atendam às necessidades das escolas com o transporte adequado, em perfeito estado de funcionamento, conforme sua necessidade e legislação;

Que o início das aulas seja no mês de fevereiro de cada ano letivo, na região do Baixo Cotingo;

Que os materiais didáticos e permanentes das escolas indígenas sejam novos e de boa qualidade;

Que nos cargos públicos que são exigidos que os candidatos tenham a formação superior, também se considere com flexibilidade para comunidades que ainda não tem candidatos formados ou estão em formação, mas são os indicados pela mesma;

Que o poder executivo do estado e dos municípios deem apoio em forma de bolsas para os estudantes indígenas;

Que a Secretaria Estadual de Educação reconheça por decreto os gestores de Centros Regionais de Educação e Gestores de Escolas com menos de 100 alunos e que tenham Ensino Médio, e contratação de secretário para as escolas;

Que a Divisão de Educação Indígena – DIEI, a Secretaria Estadual de Educação e o Governo viabilizem com urgência a construção dos Centros Regionais com a estrutura física e humana adequada e transporte para realização das ações de Educação, acompanhamento e orientação pedagógica;

Que os governos Estadual e Municipais agilizem verbas para o Curso de Formação de Língua Indígena e Magistério;

Que a Secretaria Estadual de Educação disponibilize recursos financeiros para execução da Cooperação Técnica com o Centro Indígena de Formação e Cultura Raposa Serra do Sol – CIFCRSS;

Aprovamos o nome das professoras Jane Alice e Natalina para presidirem a Divisão de Educação Indígena – DIEI;

Que o CIR organize um seminário no CIFCRSS juntamente com Instituto Federal – IFRR

CONT.



para discutir a proposta sobre um IFRR indígena nas comunidades indígenas, para que se esclareçam as dúvidas das lideranças indígenas sobre implementação de IFRR em terra indígena;

Que todos os cargos de confiança dos setores público que envolvam a questão indígena, devam ser indicados pelas regiões em assembleias.

Nossa Assembleia aprovou as seguintes indicações

Aprovamos a indicação de novos membros para a Comissão Nacional de Política Indigenista – CNPI, Professora Irani Barbosa dos Santos, da comunidade indígena São Jorge, região Surumu, Terra Indígena Raposa Serra do Sol como Titular, e Ademar Melo Cavalcante, comunidade indígena Barata, região do Taiano, como Suplente, em substituição a Sra. Pierlangela Cunha e Dilson Ingarikó, membros desde 2004;

Indicamos para Conselheiro Suplente do Sr. Clóvis Ambrósio no Conselho Distrital – CONDISI Leste de Roraima o Sr. Jairo Pereira da Silva, Região Murupu, comunidade Morcego;

Indicamos para conselheiros no Conselho de Segurança Alimentar – CONSEA Zelandes Alberto Oliveira, da comunidade Urinduk, região Serras, Terra Indígena Raposa Serra do Sol, como Titular, e Elder Silva Max como Suplente;

Indicamos como conselheiros no Comitê Gestor do Território da Cidadania o Sr. Zé do Eli Alexandre Delfonso, comunidade Maturuca, região das Serras, como Titular e Gercimar Malheiros, comunidade Imbaúba, região Raposa, como Suplente;

Indicamos para a Coordenação Regional da FUNAI de Roraima a Professora Pierlângela Cunha.

Nossa Solidariedade aos demais povos indígenas no Brasil

Nos solidarizamos com a luta dos Povos Guarani Kaiowá, Canela Apanyekrá e Terena, que estão sofrendo com a anulação pelo Supremo Tribunal Federal (2ª. Turma) dos processos de demarcação das terras TI Roka, TI Porquinhos e TI Limão Verde. Os direitos originários são cláusulas pétreas garantidos na Constituição Federal e não devem ser ignorados para beneficiar interesses particulares e econômicos. O Brasil tem uma dívida histórica com os povos indígenas e assegurar o direito à terra é respeitar os direitos humanos.

Recomendamos que a Conferência Nacional de Política Indigenista, promovida por iniciativa da Comissão Nacional de Política Indigenista – CNPI, venha garantir realmente e ter participação efetiva dos povos indígenas e suas organizações, para que avance na relação do Estado com os Povos Indígenas no sentido de implementar os direitos constitucionais e atender as demandas existentes com medidas concretas aos seus resultados.

Centro Regional Lago Caracaranã, Terra Indígena Raposa Serra do Sol – RR,
15 de março de 2015.

Abaixo assinamos.



Famílias recebem madeira para levantar assoalho de casas por causa da cheia

SÍTIO PORTAL EBC, 28.03.2015

Defesa Civil do município de Benjamin Constant entregou madeira para as famílias da zona urbana e para moradores das comunidades

Na manhã desta sexta feira (27), a Defesa Civil do município de Benjamin Constant entregou madeira para as famílias da zona urbana e para moradores das comunidades Boa Vista e Novo Intento afetadas pela cheia do rio Javari e Solimões.

Segunda a Coordenadora de Defesa Civil, Gleissimar Castelo Branco, desde janeiro o órgão vem trabalhando no cadastro das famílias que precisam de ajuda. Ela conta que 12 famílias já receberam ajuda da prefeitura.

A coordenadora também esclareceu que uma casa já foi interditada e que três comunidades em situação de alerta.

O Repórter Solimões vai ao ar de segunda a sexta-feira, às 18h45 (horário de Tabatinga), na Rádio Nacional do Alto Solimões (96,1 FM), uma emissora da Empresa Brasil de Comunicação (EBC).

Famílias atingidas pela cheia mudam de abrigo em Boca do Acre, no AM

SÍTIO O NORTÃO JORNAL, 28.03.2015

Escola servia de abrigo para três famílias e foi devolvida para Seduc. Duas famílias foram para outros abrigos; uma foi para a casa de parentes.



Abrigos foram desmontados porque famílias foram realocadas (Foto: Divulgação/Defesa Civil)

A Defesa Civil do Estado liberou nesta sexta-feira (27), a Escola Estadual Cel. José Assunção (GM-3), localizada em Boca do Acre, distante 1.028 Km de Manaus. O município está em Estado de Calamidade Pública por conta da enchente dos rios. Três famílias estavam alojadas em barracas de emergência no local. Uma delas foi transferida para casa de parentes e as demais foram realocadas no outro alojamento do órgão, localizado no Parque de Exposições da cidade.

Com a liberação, a unidade escolar ficará disponível para uso da Secretaria Estadual de Educação (Seduc).

CONT.



De acordo com a Defesa Civil, o nível do Rio Purus nesta sexta-feira chegou a 19,97m, registrando baixa de nove centímetros em comparação com a quinta-feira (27).

Ainda segundo a Defesa Civil, atualmente, 4.181 famílias são afetadas pela cheia em Boca do Acre. O Governo já enviou 47 toneladas de alimentos não perecíveis para as famílias atingidas, além de kits de higiene pessoal, dormitório, medicamentos, água potável e hipoclorito de sódio.

Cheia

Ao todo, dez cidades estão em situação de emergência em decorrência da cheia dos rios no interior do estado. Boca do Acre está em situação de calamidade pública.

Na Calha do Rio Juruá, as cidades em situação de emergência são: Itamarati, Guajará e Ipixuna. Os municípios de Eirunepé e Envira também estão em situação emergencial. Já na Calha do Rio Purus, as cidades amazonenses afetadas pela cheia são Canutama, Tapauá, Carauari e Paunini.

Na região do Alto Solimões, há cinco cidades em alerta: Tabatinga, São Paulo de Olivença, Santo Antônio do Içá, Tonantins e Benjamin Constant. Humaitá, que é banhada pelo Rio Madeira, também está em alerta.

O número de famílias afetadas em todo estado é de 13.685 nesta terça-feira (24), segundo informações da Defesa Civil do Amazonas.

Autor: G1 AM

Fonte: G1 AM



Cabeça de índio

SÍTIO DIÁRIO DE CUIABÁ, 28.03.2015

Quem passa pela Avenida Historiador Rubens de Mendonça, que a teimosia popular insiste em chamar “do CPA”, certamente já se deparou com a imagem da cabeça de um índio incrustada no alto da larga entrada de um vistoso prédio comercial, todo envidraçado, chamado de “Centro Empresarial Paiaguás”.

O que poderia não passar de um simples detalhe, talvez mera alegoria mais fazendo jus ao nome do edifício do que propriamente exaltando a comunidade indígena Paiaguás e hoje extinta, despertou minha curiosidade ao ponto de instigar-me a traçar estas linhas, para falar do assunto.

Tudo começou quando um amigo, advogado desses percucientes, que se atenta à cultura geral e não apenas aos compêndios jurídicos do seu ofício, com o qual me deparei dia desses na calçada em frente ao dito prédio, chamou minha atenção, apontando para a cabeça do índio: “Seria uma bela, e justa, homenagem se não fosse o fato que a imagem esculpida reproduz o rosto de um ‘pele-vermelha’ (índio norte-americano) e não de um valente paiaguás, cuja raça, hoje dizimada pela nossa dita civilização, habitava as planícies pantaneiras vizinhas a Cuiabá!”

O doutor foi na veia! Olhei para cima e não há de ver que embora tenha passado “trocentas” vezes pelo local, não tinha antes observado a incongruência racial.

A pressa do dia a dia e a preocupação com os afazeres da sobrevivência sempre está nos levando a passar por cima (no caso da imagem do índio, por baixo) de fatos, detalhes e circunstâncias que não estejam associados aos nossos interesses imediatos.

É a lição que aprendi e tento passar adiante, ressaltando a validade de certos encontros ocasionais que, se bem aproveitados, podem nos retirar da rotina cotidiana, a exemplo do que tive com o ilustre advogado e me serviu, quando nada, de tema para este despretenso artigo dominical.

Não precisa a sapiência de antropólogo, para perceber que o rosto afinado que emoldura o portal do edifício tinha mais a ver com cheyennes, apaches comanches ou sioux, que eram das principais nações indígenas nos Estados Unidos nos tempos do Velho Oeste, do que com a imagem de um índio brasileiro, cuja fisionomia lembra povos originários do continente asiático, a partir do rosto mais arredondado e sem o nariz adunco dos antigos habitantes da região conhecida como Grandes Planícies da América do Norte, uma vasta área que se estende do rio Mississippi em direção ao oeste daquele continente.

Apesar do erro etnomológico e geográfico de transportar um “pele-vermelha” de outras plagas

CONT.



distantes e assentá-lo como se fosse nativo de terras situadas no coração da América do Sul, valeu a intenção da homenagem aos Paiaguás, destemidos navegantes de águas do Pantanal.

Mal maior seria o prédio em questão se chamar "General Custer", remetendo à memória do famoso comandante da cavalaria que dizimava tribos norte-americanas e fazia valer, na base das baionetas, de canhões, revólveres e rifles, a supremacia branca sobre índios armados de arco e flecha.

*Mário Marques de Almeida é jornalista em Cuiabá e diretor do site Página Única www.paginaunica.com.br



Bebê indígena morre após dormir com a mãe no Cantá, interior de RR

SÍTIO GLOBO.COM, 28.03.2015

*Caso foi registrado na comunidade Canauanim, neste sábado (28).
Há suspeitas de que o bebê tenha sido asfixiado.*

Valéria Oliveira
Do G1 RR

Um bebê da etnia macuxi, de 17 dias, morreu após dormir com mãe, segundo a polícia. O caso foi registrado comunidade indígena Canauanim, no município do Cantá, região Centro-Leste do estado. De acordo com a polícia, na madrugada deste sábado (28), o pai do recém-nascido acordou e percebeu que ele estava sem vida em cima da cama.

O bebê chegou a ser levado para um posto de saúde na região, porém os enfermeiros constataram a morte. A polícia foi acionada para ir ao local. Há suspeitas de que o bebê tenha sido asfixiado. "Ele dormiu com vida ao lado da mãe. Segundo os pais, ele estava bem, mamando normal, porém, amanheceu sem vida", relatou um policial.

De acordo com o Boletim de Ocorrência registrado pelo pai, o recém-nascido tinha sinais de sangue na boca e nariz. Uma equipe de perícia do Instituto Médico Legal (IML) esteve no local para identificar o que pode ter causado a morte do recém-nascido.

O corpo do bebê foi trazido para Boa Vista e, após o exame de necropsia, foi liberado para que a família pudesse fazer o velório e sepultamente. De acordo com um policial, os familiares estavam bastante abalados com a perda.

Rios enchem rápido e causam transtornos

SÍTIO A TRIBUNA MT, 28.03.2015



Subida rápida do nível do Rio Arareau alagou residências de cinco famílias, que tiraram os móveis de casa e foram para moradias de parentes

A expressiva quantia de chuva em poucas horas fez subir rapidamente o nível dos rios em Rondonópolis. Choveu em menos de 16 horas em Rondonópolis o equivalente à chuva registrada em um mês inteiro. Entre a noite desta quinta-feira e a manhã desta sexta-feira (26 e 27/03) choveu mais de 150 milímetros em pontos da área urbana, praticamente a mesma quantia registrada em janeiro deste ano. A cheia rápida dos rios causou muitos transtornos.

A área mais afetada com estas chuvas foi a Rua H, no Jardim Paulista, onde a subida rápida do nível do Rio Arareau alagou residências de cinco famílias, que tiraram os móveis de casa e foram para moradias de parentes. Ao longo do dia de ontem, o chefe municipal da Defesa Civil, Erimar Bezerra, externa que o nível do Rio Vermelho não parou de subir, até o começo da noite. O nível do Rio Vermelho ultrapassou o nível de alerta, que é de 5,30 metros, alcançando 5,40 metros no meio da tarde e 5,50 metros no começo da noite.

Nessa situação, a Defesa Civil manteve um trabalho de monitoramento dos pontos críticos da

CONT.



cidade, suscetíveis a alagamentos, ao longo de todo o dia de ontem. Erimar ressalta que o Rio Vermelho começa a provocar alagamentos em casas ribeirinhas quando atinge o nível de 6 metros. Ultrapassando essa marca, explica que as águas do Arareau e demais córregos urbanos ficam represadas, causando alagamentos em bairros como a Vila Rondon, Vila Mamed e Vila Canaã. Na zona rural, a Gleba São João acaba ficando ilhada.

Em função da cheia abrupta do Arareau, Erimar justificou que a ponte na Rua Pedro Ferrer, região central, teve de ser interditada. A medida, segundo ele, foi uma precaução, considerando que as águas do Arareau estavam quase passando por cima da ponte. Além disso, uma erosão começou a se formar junto a ponte na Rua Pedro Ferrer. Nos demais córregos da cidade, ele informou que não houve alagamentos de casas registrados.

Além disso, a expressiva quantidade de chuvas causou alagamentos e erosões em ruas, por problemas de drenagem, bem como transtornos diversos (veja matéria na página A4). A Defesa Civil continua o monitoramento neste sábado, visitando as famílias e repassando as orientações de alerta.

Nas ações na cidade em função das chuvas, Erimar cita os apoios da Coder, Corpo de Bombeiros, e Secretarias de Meio Ambiente, Ação Social e de Esportes.



Carcaça de geladeira vira transporte escolar na cheia do Rio Madeira

SÍTIO GLOBO.COM, 28.03.2015

Em 13 distritos e vilarejos de Rondônia, 2,3 mil famílias foram atingidas diretamente pela nova cheia do rio.

A cheia do Rio Madeira preocupa a população de Rondônia. A água invadiu várias áreas da capital e causou muitos estragos. No interior do estado, três municípios decretaram estado de emergência.

As comunidades ribeirinhas de Porto Velho nem conseguiram apagar as marcas da cheia histórica do ano passado e já estão com água nas casas outra vez.

Em 13 distritos e vilarejos, 2,3 mil famílias foram atingidas diretamente pela nova cheia do Rio Madeira. O aposentado Artemis Ribeiro fica de olho todos os dias: "Está preocupante, com certeza, a gente já está esperando o pior, né, porque olha a altura que está a serra, e ainda tem esses dias todos, até depois da Semana Santa as vias ainda enchem", diz ele.

Ruas, terrenos e quintais estão alagados. Para conseguir sair de casa, os moradores usam passarelas improvisadas. E mesmo com água na porta, há muitos que permanecem:

"Enquanto ela não subir, a gente está aqui, ela já cobriu o assoalho da cozinha e voltou", diz o pescador João Bosco

A parte mais atingida do distrito de Nazaré é a mais baixa, que fica mais perto do Rio Madeira. Uma das áreas alagadas era uma praça, uma área de convivência da comunidade. Andar por lá agora, só mesmo de barco.

Quem teve que sair de casa está abrigado em uma escola. Um barco da Defesa Civil percorre as localidades atingidas levando água e barracas. Na área urbana de Porto Velho, onze bairros estão alagados. Para levar os filhos à escola, uma família usa a carcaça de uma geladeira: "Complicado demais, a gente fazer isso todo dia. Senão fizer, as crianças vão chegar todas sujas à escola", diz o morador.

"Nós temos que entrar dentro de uma geladeira para ir para a escola", diz uma aluna.

No interior de Rondônia, a situação também é grave. Três municípios decretaram estado de emergência. O rio que corta Buritis transbordou e inundou metade da cidade. A correnteza arrastou uma ambulância. Quatro pessoas que estavam no veículo foram resgatadas, entre elas, uma criança de colo.

Mais Médicos: Projeto do PSDB é “atentado”, diz ministro

SÍTIO A TRIBUNA MT, 28.03.2015



Arthur Chioro, ministro da Saúde: “O projeto de decreto legislativo da liderança do PSDB é um verdadeiro atentado ao programa Mais Médicos”

O ministro da Saúde, Arthur Chioro, classificou ontem (27) de “verdadeiro atentado” ao Programa Mais Médicos a proposta de autoria do PSDB, em tramitação no Senado Federal, de invalidar o termo de cooperação firmado pelo governo brasileiro e a Organização Pan-Americana da Saúde (Opas). Segundo o ministro, se a mudança for aprovada, cerca de 63 milhões de brasileiros podem ficar sem assistência médica em todo o país.

“O projeto de decreto legislativo da liderança do PSDB é um verdadeiro atentado ao programa, ele significa a derrocada do Mais Médicos, porque imediatamente nós perderíamos 11.487 médicos, que são os profissionais cubanos engajados no programa. Não consigo entender como alguém comprometido com a saúde pública proponha algo assim”, disse o ministro.

Chioro referia-se ao Projeto de Decreto Legislativo 33/2015 apresentado no Senado Federal na última segunda-feira (23). A proposta dos senadores Cassio Cunha Lima (PB) e Aloysio Nunes (SP), líder e vice-líder do PSDB, respectivamente, trata do termo de cooperação firmado entre o Ministério da Saúde e a Opas, referente à participação de cubanos no programa. O projeto do PSDB está, atualmente, em tramitação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado.

CONT.



“É lamentável questionar a relação do Brasil com uma instituição centenária como é a Opas. Na prática, o decreto rompe, torna nulo, o convênio com a organização, que permite que mais de 11,4 mil médicos cubanos possam trabalhar no Programa Mais Médicos. E eles trabalham em região de floresta, nas aldeias indígenas, com os quilombolas, no Semiárido, nas regiões mais críticas do país. É um atentado contra a população brasileira e contra as próprias prefeituras do PSDB”, disse.

Chioro disse que levou sua preocupação à presidente Dilma Rousseff, ao presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), e aos secretários municipais e estaduais de Saúde. “O programa foi criado para beneficiar exclusivamente a população brasileira que depende do SUS [Sistema Único de Saúde]. O projeto apresentado no Senado demonstra profundo desconhecimento da construção do programa e de sua absoluta legalidade. Os autores demonstram-se insensíveis aos benefícios e resultados desta iniciativa.”

Segundo Chioro, os 11,4 mil profissionais do Mais Médicos atendem em mais de 3,5 mil municípios. Atualmente, 2,7 mil cidades que aderiram à iniciativa são atendidas exclusivamente por profissionais cubanos. “A prioridade do governo federal sempre foi a participação dos médicos brasileiros no programa. Somente de 2013 a 2014, fizemos cinco chamadas para inscrição desses profissionais. Tivemos que buscar profissionais estrangeiros para preencher todas as vagas demandadas pelos municípios.”

O desafio de ouvir um grito indígena em meio ao indizível da catástrofe

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 28.03.2015



Por Michele Gonçalves e Susana Dias, ClimaCom Cultura Científica

Para os Yawanawa, povo de língua Pano da Amazônia Ocidental, no começo do mundo não havia nada, mas já havia pessoas. Os Aikewara, Tupis que vivem no outro extremo da Amazônia, dizem que na origem do mundo só havia gente e jabotis. Os Ashaninka, povo Campa que vive no sudoeste do Acre, explicam que o desenvolvimento do universo se deu com a humanidade como substância primordial, que foi se diversificando e transformando em corpos celestes, plantas, animais e outras coisas e seres do universo. Os conceitos de humano, natureza e cultura são completamente distintos dos não-indígenas, ditos ocidentais e brancos.

A natureza não remete ao passado, à origem pura e perdida. É antes a humanidade que é semente e solo primordial do mundo, princípio ativo de proliferação de uma riqueza infundável de outras formas de vida, reservatório de toda diferença. Estes são alguns exemplos que Viveiros de Castro e Déborah Danowski exploram no livro *Há mundo por vir?* Ensaio sobre os medos e os fins, lançado em setembro de 2014, que, entre outras questões, interroga a crítica

CONT.



ao antropocentrismo comumente feita quando os povos indígenas são convocados para repensarmos as nossas relações com a natureza. Uma crítica que dificilmente escapa da lógica de equiparação do humano ao mundo existente – somos animais também –, o que, no fundo, coloca o problema de não conseguirmos ver para além de reflexos de nós mesmos, ao invés de nos abirmos à inquietante multiplicidade e estranheza da relação com os outros seres disseminados pelo cosmos.

Como, então, aprender efetivamente com os povos indígenas a enfrentar os desafios ambientais do presente e a sobreviver num futuro marcado pela ameaça global? Foi essa pergunta que esta reportagem se fez ao encontrar muitas vozes que afirmam que os povos indígenas têm muito a nos ensinar, seja nos saberes tradicionais de cuidado com a terra ou no respeito com naturezas e culturas, seja na adaptação frente aos desafios da catástrofe ambiental. Dizeres que não são novidade para a maioria de nós e que também estão bastante difundidos em documentos oficiais, materiais didáticos, reportagens, fotografias, filmes, exposições, artigos, teses etc., mas que longe de desenharem um cenário potente para tal aprendizado, têm configurado um importante campo problemático para indígenas, artistas, filósofos, educadores, antropólogos e sociólogos. Isso porque as palavras, imagens e sons, os gestos de ver, escutar, dizer e escrever – que envolvem o aprendizado e compõem as possibilidades de compartilhamento de saberes e práticas e os diálogos entre modos de vida e pensamento distintos – tornaram-se problemas políticos.

Como adaptar conhecimentos, conceitos, lógicas, experiências diante da diferença intransponível entre os modos de viver, pensar e expressar de indígenas e não-indígenas? Como dar a ver, ouvir e sentir as potencialidades dos modos de viver, pensar e criar indígenas quando palavras, imagens e sons perderam suas forças sensíveis e políticas e, frequentemente, terminam por gerar estereótipos, homogeneizações e hierarquizações, silenciamentos e invisibilizações? Há condições para que o diálogo efetivo aconteça? Ou seja, como aprender a aprender com os povos indígenas? As entrevistas que fizemos e os materiais consultados (vídeos, aulas, livros, artigos, músicas etc.) trouxeram-nos questões desafiadoras: a necessidade de criar efetivos diálogos com os povos indígenas que escapem à mera compreensão de seus modos de vida como modelos a serem adotados por outros povos, resultando ora numa adesão romântica, ora numa recorrente crítica à ineficácia e inaplicabilidade de seus conhecimentos, tecnologias, mitologias para as sociedades ocidentais; a busca por modos de pensar que se abram à impensável diferença dos povos indígenas, suas culturas e conhecimentos, sem submeter tal diferença à busca de um denominador comum, do acordo ideal e da síntese produtiva.

Do aprender sobre ao aprender com os índios: políticas distintas

O indígena "... que tá lá na aldeia, sofre de uma doença que é a doença de ser invisível, de desaparecer... Ele se afoga nesse mar de burocracia, no mar de teorias da academia, ele é afogado no meio das palavras. Quando a academia, os estudiosos entendem mais de índio do que o próprio índio. Ele é invisibilizado pela própria academia. Ele perde a voz, perde o foco,

CONT.



perde a imagem. Ele some, ele desaparece... Ele volta novamente quando tem o conflito, quando a mídia procura a notícia pra vender jornal, mostra o índio morto, o índio bêbado, o preguiçoso, como se vê em todos os livros. O índio que quer muita terra, o que tem muita terra. Esse aparece. O índio como ser humano, aquele que tem direitos, desaparece, sempre desapareceu... Ele é como um grito no silêncio da noite. Ninguém sabe de onde veio, o que aconteceu, e ninguém sabe onde encontrar". O testemunho é de Almiros Martins e está no vídeo Ymá Nhandehetama (Antigamente fomos muitos, 2009), de Armando Queiroz, Almiros Martins e Marcelo Rodrigues. Almiros Martins é Guarani, filho de uma liderança indígena assassinada, também sofreu algumas emboscadas – das quais seu corpo é testemunha –, é formado em Direito e com um mestrado pela Universidade Federal do Pará (Ufpa) sobre direito indígena Guarani. Mais do que somente um depoimento de um representante indígena, o vídeo é, ele mesmo, uma espécie de grito na noite da gramática audiovisual, pois dá a ver a invisibilização destes povos que a própria produção científica, artística, midiática e cultural tem produzido. E, ao mesmo tempo, parece lançar a pergunta: como, dentro dessa gramática dominante, inventar novos possíveis para dizer não sobre os indígenas, mas com os indígenas?

Historicamente, os povos indígenas tiveram sua existência configurada, de um lado, por lutas pela visibilidade, às quais ajudaram a construir suas identidades e, por outro, pelas representações de sua figura enquanto nativo. Ao pesquisar narrativas cinematográficas sobre coletivos indígenas, Oscar Guarín Martínez, doutorando do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), da Unicamp, professor da Pontifícia Universidade Javeriana, da Colômbia, e pesquisador associado do Centro de Estudos em Antropologia Visual Ceavi, do Chile, identifica dois problemas fundamentais resultantes do processo de construção da visibilidade indígena no cinema: a espetacularização dos povos e o senso canônico do indígena, o "bom selvagem", que construíram a alteridade desses povos numa lógica que distinguiu a civilização da barbárie e constituiu a história da Amazônia desde sua exterioridade e estranhamento. "O predomínio do clichê e do estereótipo remontam a tempos, inclusive, anteriores à descoberta de América e se proliferaram, por um lado, no intuito da construção de um ideário nacional e, por outro, na vitimização dos povos, na sua moralização ecológica e no espírito indígena salvador da floresta", diz. Tais apostas, para Martínez, não constituem um compartilhamento efetivo de culturas e precisam ser superadas para que de fato se possa pensar além de um "contar" os modos de vida indígenas.

"A mobilização dos povos e de seus interlocutores na academia e nos movimentos sociais para o debate político no Brasil foi o que pautou outra forma de requerer ou dar visibilidade aos indígenas e o que possibilitou suas conquistas no campo institucional", diz Spensy Kmitta Pimentel, etnólogo e professor da Universidade Federal de Integração Latino-Americana (Unila). Para ele, há necessidade de se criar "menos políticas para os índios e mais políticas dos índios e com os índios", como forma de inventar outras visibilidades possíveis a eles. "Na comunicação, por exemplo, podemos tentar construir mundos onde caibam muitos outros mundos", aponta.

Em se tratando da criação conjunta de políticas, para o professor da Universidade Federal do Amazonas (Ufam), Juan Carlos Peña, a proposta de se pensar uma educação indígena distinta,

CONT.



a partir da conversa com os outros povos, seria a grande porta para se construir, no diálogo recheado pela diferença, um espaço intercultural de compreensões outras sobre a vida. "Pensar numa educação específica, com os povos indígenas, pode potencializar saberes que se multiplicariam em universos conceituais os mais diversos". A imensidão dos mundos indígenas e dos nossos próprios poderiam encontrar, assim, caminhos de singularidades compartilhadas e no conjunto das vozes, um novo universo sobre as próprias formas de conhecer emergiria como uma boa dica para os atuais sistemas educacionais homogeneizantes, diz o professor. A educação indígena, vista dessa forma, seria, portanto, pensada como forma de comunhão entre povos, feita tanto para eles quanto para nós, na medida em que nos traria um enxergar de inúmeras outras dimensões do sistema educativo, às quais nos possibilitariam ver outras formas de viver como possibilidades reais. Nesse intercâmbio, comenta o professor, "poderíamos construir visões menos engessadas e duras, mais artísticas, e partilhar as possibilidades de existir, de ser, de entender sobre a ciência de um fruto, mas também de dançar seu cheiro e seu sabor". Nessa perspectiva, a educação estaria sempre por fazer, sempre por criar, sem modelos hegemônicos, finaliza Peña.

"Aprender com os povos pode estar, portanto, para além de narrá-los, ouvi-los ou olhar para eles a partir de nós: talvez tenhamos que olhá-los a partir deles mesmos, numa perspectiva intrínseca e uma escuta conjunta, para então poder dizer junto deles e não sobre eles", argumenta a pesquisadora Patrícia Lora León, jornalista e doutora em ciências sociais pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Unicamp. "A questão chave é definir o que significa ser visível: de quais visibilidades e invisibilidades estamos falando?", questiona. Para ela, há um problema relacionado à concepção do que seria "escutar" os povos. A escuta, inclusive, é um problema recorrente levantado por diversos grupos (indígenas, cientistas, artistas etc.) como um dos axiomas das catástrofes modernas, principalmente ambiental e de direitos.

"Potencializar encontros entre subjetividades diversas e distintas capazes de afetar e transformar os diferentes lados da relação" é como León entende a escuta, o intercâmbio entre culturas. Para ela é necessário produzir rupturas entre vários regimes sensíveis e, nessa medida, multiplicar os mundos, as vozes e os enunciados, gerando um tecido dissensual (referente ao conceito de "dissenso" proposto pelo filósofo francês Jacques Rancière) que possibilite uma nova partilha do sensível. Uma quebra conceitual advinda desses dissensos e da luta histórica pela visibilidade desses povos a partir de universos conceituais próprios é, segundo Patrícia, o reconhecimento do território espiritual dos povos indígenas colombianos das etnias Kogui, Wiwa, Arhuaco e Kankuamo, da Serra Nevada de Santa Marta. Esses povos já tinham seu território físico reconhecido juridicamente, mas reivindicavam também o reconhecimento de fronteiras cosmológicas como a Linha Negra, um local sagrado do território localizado fora desse reconhecimento jurídico e que se constitui como região de conexão com a ancestralidade. Uma fronteira cosmológica é a que delimita espiritualmente, segundo a cosmologia própria de cada povo, o território ancestral. "Por meio de um longo processo de reivindicação de um lugar de enunciação próprio (político, epistêmico e ético), eles conseguiram mudar os termos e conteúdos da conversa entre culturas (indígenas-governantes), clamaram por noções próprias de humano, natureza, cultura, justiça,

CONT.



ancestralidade e território, e garantiram que seus universos conceituais, que se inscrevem no território, fossem também garantidos nos termos do Direito”. A Linha Negra foi reconhecida pela resolução 000002 de janeiro de 1973, do Ministério do Governo, ratificada posteriormente pela Resolução 837 de 1995, do Ministério do Interior e da Justiça.

“Valorizar os conhecimentos das populações tradicionais e dos povos indígenas é valorizar outros modos de pensamento”, afirmou a antropóloga Manuela Carneiro da Cunha, durante a mesa de abertura do XII Congresso Luso-Afro-Brasileiro (Conlab 2015), realizada em primeiro de fevereiro, na Universidade Nova de Lisboa, em Portugal. Professora emérita do Departamento de Antropologia da Universidade de Chicago, Carneiro da Cunha também integra a Plataforma Intergovernamental sobre Biodiversidades e Serviços de Ecossistemas (IPBES, na sigla em inglês) – o “IPCC da biodiversidade” – cujo intuito é o de organizar conhecimentos sobre a biodiversidade do planeta para subsidiar ações e políticas públicas, contando com a participação de populações locais e indígenas nesse processo, constituindo-se numa iniciativa, segundo a antropóloga, de colaboração efetiva entre ciências e conhecimentos indígenas e tradicionais.

Transversalidade e ficção antropológica: a invenção conceitual e metodológica

“A linguagem não é apenas autoritária, mas é fascista: porque ela te obriga a dizer as coisas de uma determinada maneira. Você não tem alternativa. Porque se você não falar daquele jeito, não fala de jeito nenhum. A não ser que você seja um escritor”. A afirmativa é do antropólogo Márcio Goldman, do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em uma aula realizada no Centro de Estudos Ameríndios (Cesta) da Universidade de São Paulo (USP), na qual insiste que o diálogo com os povos indígenas com os saberes minoritários não é um mero exercício de reconhecimento, mas passa por abrir mão, com rigor, da ideia e pressuposto de que nossas categorias de pensamento (inclusive da antropologia) são mais adequadas ao mundo, à razão e à verdade do que das outras sociedades.

Em sua avaliação, é preciso imaginar relações com esses povos que não sejam nem igualitárias, nem hierárquicas, mas diferentes; nem verticais, nem horizontais, mas transversais. Conceito este que vai buscar em Félix Guattari, autor de *As três ecologias*, e que exige um movimento de criação conceitual em que o desafio dos pesquisadores torna-se o de inventar conexões ainda não existentes e funcionamentos novos para conceitos indígenas. Exemplifica com a noção de feitiçaria e o modo como ela foi posta em relação com o capitalismo no livro *A feitiçaria capitalista* (*La sorcellerie capitaliste*, 2005), de Isabelle Stengers e Phillippe Pignarre. A noção de feitiçaria tende a ser explorada como um resultado do capitalismo, ou como uma prática que pode ser afetada pelo desenvolvimento capitalista.

Mas a proposta deste livro de Stengers e Pignarre é mais arriscada: por que não usar a noção de feitiçaria – que não foi bem desenvolvida por nós, mas muito bem desenvolvida por outros povos – para pensar o capitalismo? “Noções e categorias que atravessam o sistema feitiçeiro são tão boas para pensar tanto quanto aquelas que elaboramos em nossos escritórios, salas de

CONT.



aula e laboratórios”, lembra Goldman ao apresentar o livro. O exercício de aliança com os saberes indígenas, defende o antropólogo na aula, pressupõe não apenas um reconhecimento e valorização desses saberes, mas um rompimento com as tradições progressistas, racionalistas e evolucionistas.

A criação de outras relações com os povos – seus saberes, cosmologias, experiências – também é defendida pelo antropólogo brasileiro Eduardo Viveiros de Castro quando propõe, como metodologia, um exercício de ficção antropológica, no qual as relações de poder entre os discursos do antropólogo e do nativo são desconfiguradas. A escuta se torna, dessa forma, um exercício ativo no qual se pensa e faz funcionar a palavra do nativo como ativa igualitária sobre a palavra de quem a ele quer conhecer e narrar. Ambas funcionam, portanto, juntas, e são capazes de dizer, em conjunto e partindo da potencialização de suas disparidades, outras coisas para além de narrarem-se a si mesmas. A quebra de assimetrias nas vozes, uma das potências para os povos falarem em conjunto, também está na própria diferença das noções perspectivas destes povos trazida por Viveiros de Castro no artigo “Os pronomes cosmológicos e o perspectivismo ameríndio”, de 1996.

Basicamente, nas cosmologias modernas há o multiculturalismo: a natureza é única e objetiva, garantida pela universalidade dos corpos – vê-se a teoria evolutiva darwiniana que hoje rege a visão científica sobre a evolução das espécies animais e humana – enquanto a cultura é múltipla e subjetiva, gerada pela particularidade dos espíritos e significados. Já nas cosmovisões ameríndias (ditos os povos antigos habitantes das Américas), há o inverso, o multinaturalismo: a cultura é que é objetiva e única, e o espírito universal, enquanto a natureza é que é subjetiva e múltipla, e os corpos, particulares.

Compartilhar, aprender, ouvir e silenciar parecem estar, portanto, no encontro de lógicas diversas, também objetivas, também inexatas; como criações de novos possíveis, de improváveis laços entre ciências, artes, filosofias, comunicação, educação... Dar a ouvir um grito indígena em meio ao indizível da catástrofe emerge, nas pesquisas e produções que movimentaram esta reportagem, não apenas como uma busca por dar voz aos índios, conhecer sobre eles, seus modos de vida, suas cosmologias, seus saberes, mas também por tomar o indígena como uma força de minoridade, de coletivo, por tornar o compartilhar uma invenção de encontros e relações. Um desaparecimento completamente distinto, quando o próprio índio se pinta de azul e some na noite. “E aquilo que nesse momento se revelará aos povos, surpreenderá a todos não por ser exótico, mas pelo fato de poder ter sempre estado oculto, quando terá sido o óbvio”.

A insistência do cosmos na política

A aula de Goldman, que versa sobre o modo como a filósofa da ciência Isabelle Stengers explora o conceito de cosmopolítica, traz à tona o problema de tornar cosmopolítica um sinônimo de cosmologia e terminar afirmando que há cosmopolíticas pra todos os lados. Para Stengers, conforme ressalta o antropólogo, o conceito faz funcionar outra coisa: ela trata

CONT.



cosmopolítica como a insistência do cosmos na política, sendo o cosmos entendido como os não-humanos: seres animados e inanimados, objetos técnicos, espíritos, etc. A autora problematiza, assim, o modo como o funcionamento político dominante se faz em consonância e acordo com o sentido grego de política – pólis – por exclusão à força dos não-humanos da política. E defende não uma existência ou permanência do cosmos na política, mas uma insistência do cosmos na política.

Imagem destacada: Jorma Puranen Imaginary homecoming, 1992. Disponível em Perspektivet Museum: <http://www.perspektivet.no/en/utstilling/imaginary-homecoming/>

Enviada para Combate Racismo Ambiental por Lara Schneider.



Boletim de Notícias - Edição nº 57/2015

Brasília, 30 de março de 2015.

Deputados que irão analisar PEC 215 são financiados por empresas do agronegócio e mineração

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 28.03.2015

É o que informa matéria publicada no Portal de Políticas Socioambientais, com base em dados do Tribunal Superior Eleitoral, organizados pelo jornal O Estado de S. Paulo

ISA

Dos quase 50 deputados listados na Comissão Especial que analisará a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 215/2000, que retira do Executivo a prerrogativa de demarcar Terras Indígenas transferindo-a para o Congresso, pelo menos 20 tiveram suas campanhas eleitorais financiadas por grandes empresas do agronegócio, mineração, energia, madeireiras e bancos. É o que informa matéria publicada no Portal de Políticas Socioambientais, com base em dados do Tribunal Superior Eleitoral, organizados pelo jornal O Estado de S. Paulo.

Enviada para Combate Racismo Ambiental por José Carlos.



Boletim de Notícias - Edição nº 57/2015

Brasília, 30 de março de 2015.

UFRR faz seletivo para professor de informática para o Instituto Insikiran

SÍTIO GLOBO.COM, 29.03.2015

Interessados devem fazer a inscrição até o dia 1º de abril pela internet.

Carga horária é de 40 horas e remuneração mensal de R\$ 2.814,01.

Estão abertas até quarta-feira, 1º de abril, as inscrições para o processo seletivo simplificado para a contratação de professor substituto na área de informática para atuar no Instituto Insikiran de Formação Superior Indígena da Universidade Federal de Roraima (UFRR). Os interessados devem fazer a inscrição pela internet.

A seleção será feita por meio de prova escrita, entrevista e análise curricular. A entrega de documentos será no dia 6 de abril, das 8h30h às 12h e 14h30 às 17h30, na Coordenação de Estudos, Seleção e Concursos (Cesc), localizado no Campus do Paricarana, no prédio do CTS (Centro de Treinamento do Servidor).

Os professores selecionados devem atuar com carga horária de 40 horas e a remuneração será de R\$ 2.814,01. O resultado preliminar deverá ser enviado à Coordenação de Estudos, Seleção e Concursos até o dia 10 de abril. Confira o [edital](#).



Indígenas da etnia Xavante participam da Semana do Índio em Uberlândia

SÍTIO GLOBO.COM, 29.03.2015

*Dez índios da Aldeia Namunkurá promoverão cultura indígena na cidade.
Escolas municipais interessadas serão sorteadas para receber atividades.*

Dez índios da etnia Xavante, que moram na Aldeia Namunkurá, em Barra do Garça (MT), participarão este ano da Semana do Índio em Uberlândia. A chegada deles está prevista para dia 15 de abril e faz parte do planejamento de atividades que serão desenvolvidas em escolas municipais de educação infantil e fundamental.

O Dia do Índio é comemorado dia 19 de abril e a Secretaria Municipal de Saúde desenvolveu, em parceria com a Associação das Plantas Medicinais de Uberlândia (APLAMU), uma programação que vai de 16 a 25 de abril.

A intenção é divulgar a cultura indígena na cidade. A visita dos índios ajudará a promover os costumes através de apresentações de dança e artesanato em escolas municipais de Uberlândia.

"Estamos dando sequência a uma atividade que foi iniciada em 2013 quando conhecemos de perto a cultura desse grupo de índios. Agora queremos disseminar esses costumes para nossa gente", disse o coordenador do Programa Saúde na Escola (PSE), Lester José dos Santos.

As atividades serão desenvolvidas em escolas municipais nos dias 16, 17, 22 e 23 de abril nos turnos da manhã e tarde. Nos outros dias, o Museu do Índio, a Praça Sérgio Pacheco, o Assentamento Glória e o Centro Tecnológico Educacional Rural da Fundação de Excelência Rural de Uberlândia (Ferub) recebem as atividades de comemoração na Semana do Índio, sendo que no último dia será ministrado o I Seminário de Práticas Integrativas na Ferub.

As escolas que tiverem interesse de receber apresentações indígenas devem enviar a ficha de inscrição preenchida para a Assessoria Pedagógica de Ensino Fundamental até a esta segunda-feira (30) para realização do sorteio das escolas contempladas na terça-feira (31), às 9h, no auditório Cícero Diniz, na Prefeitura Municipal.

A triste realidade da Saúde Indígena no Brasil, por Paulo Daniel Moraes
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 29.03.2015



Dados divulgados pela coordenadora do Distrito Sanitário Indígena do Leste de Roraima perante mais de 1.200 lideranças indígenas presentes na 44ª Assembleia Geral do CIR: a SESAI conta hoje com um orçamento de mais de Um Bilhão de Reais para assistência à saúde das comunidades indígenas, dos quais 650 Milhões vão para recursos humanos (em grande parte repassados para somente três grandes convênios com Ongs escolhidas sem nenhuma transparência). No mesmo evento foi apresentado o orçamento total disposto pela FUNAI em 2014: 170 Milhões de Reais, para políticas de regularização e gestão das terras indígenas em todo o país, o que demonstra claramente as prioridades e artimanhas utilizadas pelo governo federal no uso do dinheiro público.

Um retrato perfeito de como são gastos os recursos da Saúde Indígena foi revelado nos números da execução do orçamento do DSEI Leste de Roraima. Além dos 44 Milhões (!) disponíveis para pagamento de recursos humanos, existem 22 Milhões disponíveis para custeio, que são quase integralmente utilizados em apenas dois contratos milionários com empresas escolhidas: 11 Milhões por ano para um contrato de aluguel de veículos e 9 Milhões

CONT.



por ano para aquisição de horas de voo. Sobram 2 ou 3 Milhões para todas as demais necessidades do distrito, os quais no ano passado foram em sua maior parte contingenciados pelo governo!

O orçamento anual do DSEI Leste de Roraima desde a sua criação até o ano de 2008, quando boa parte das ações de assistência estiveram a cargo de uma parceria do governo com o Conselho Indígena de Roraima, nunca ultrapassou o total de 14 Milhões de Reais, suficientes para alcançar indicadores de saúde em grande parte superiores aos atuais, além de manter equipes multiprofissionais de saúde, promover a capacitação continuada e a certificação pelo MEC de mais de 400 Agentes Indígenas de Saúde, Agentes Indígenas de Endemias, Saneamento e Saúde Bucal, Microscopistas Indígenas, Conselheiros Indígenas, e o intercâmbio de Parteiras Tradicionais Indígenas e promoção de efetivo controle social em todas as regiões do distrito.

Desde o ano de 2009, nenhum posto de saúde foi construído pela SESAI no distrito, as ações de saneamento básico e abastecimento de água são praticamente inexistentes, os equipamentos como mobiliários, microscópios, radiofonias, gabinetes odontológicos, balanças antropométricas, e até mesmo estetoscópios, aparelhos de pressão e materiais de curativo adquiridos há mais de dez anos se deterioraram e não são repostos, por falta de orçamento! Uma das maiores queixas das lideranças é a falta de medicamentos essenciais e materiais médicos nos postos de saúde, além da total paralisação dos programas de formação de profissionais indígenas, os quais nunca haviam sido interrompidos no período de 1994 até 2008!

A coordenadora do distrito pediu de forma categórica ao Senador Telmário Mota, eleito recentemente pelo estado de Roraima e participante da mesma mesa de debates, que se empenhasse para aumentar este orçamento que ela considera insuficiente para as necessidades do distrito. A resposta do senador, atendendo também às críticas contundentes e unânimes feitas pelas lideranças indígenas de todo o estado de Roraima foi, no entanto, o compromisso de se empenhar de todas as formas para que este dinheiro possa finalmente chegar até as comunidades, impedindo que se perca nestes contratos milionários e sem transparência. O senador indígena revelou com indignação que foi ele também procurado por representantes de empresas interessadas em utilizar os recursos milionários da saúde indígena para interesses privados.

Boa Vista, 28 de março de 2015.

Paulo Daniel Moraes é médico sanitaria.

Abril: tempo de comemorações aos povos indígenas e às questões da terra
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 29.03.2015

Mobilizações são em torno do Acampamento Terra Livre, de 13 a 16 de abril, em Brasília



EBC

No mês de abril, a articulação dos Povos Indígenas pretende reunir em Brasília, mil lideranças indígenas de todo o país, para defender seus direitos, junto ao governo federal. Segundo a ambientalista Adriana Ramos, a PEC 215 entra novamente em pauta no Congresso Nacional. A comissão especial da PEC foi novamente instalada e possivelmente será apresentado o relatório daqui a 2 meses.

O movimento indígena esteve em Brasília para demonstrar aos parlamentares que esta Proposta de Emenda Constitucional é inaceitável e foi criada a Frente Parlamentar em Defesa dos Povos Indígenas que deverá ser um espaço de colaboração numa agenda mais positiva para os direitos indígenas no Congresso Nacional.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 57/2015

Brasília, 30 de março de 2015.

A coordenação da Mobilização Nacional indígena conta com a liderança da Articulação dos Povos Indígenas no Brasil, CIMI, Greenpeace e outras ONGs, numa ampla aliança para mobilizar a sociedade. No dia 15 de abril está prevista uma sessão solene na Câmara dos Deputados, em homenagem ao Dia do índio.

Confira esta entrevista ao programa Natureza Viva, com a jornalista Mara Régia, na Rádio Nacional da Amazônia [AQUI](#).

Pescadores de Cubatão fazem limpeza de rios e mangues

SÍTIO A TRIBUNA, 29.03.2015



Grupo faz a limpeza em regiões próximas de onde moram, nas imediações de Cubatão

MANUEL ALVES FERNANDES

Um grupo de pescadores de Cubatão realizou neste domingo (29) um mutirão de limpeza em rios e mangues da Cidade. Os participantes da iniciativa, liderada por Ionelson Brito da Silva, fazem isso próximo a lugares onde pescam.

Em frágeis barcos de alumínio, os pescadores se embrenharam nos manguezais do quadrilátero formado lateralmente pelas rodovias Imigrantes e Anchieta, e frontalmente pelas vilas Esperança e Natal, o Sítio Sítio Arqueológico do Cotia Pará e os bolsões Sete, Oito e Nove, onde fica o Jardim Nova República, bairro onde todos moram.

"Como pescadores e cidadãos sabemos da importância da limpeza dos nossos rios e mangues para a sobrevivência das espécies que ali vivem. Estamos apenas fazendo a nossa parte", explica Nelson, como Ionelson prefere ser chamado. Ele é um ex-trabalhador no polo industrial e hoje dono de botequim. Pesca por diversão.

Na campanha que iniciou há seis anos, ele e os amigos recolheram no primeiro ano 800 quilos de lixo formado principalmente por garrafas pet, pedaços de isopor de geladeiras e eletrodomésticos que as pessoas, nas favelas, jogam pelas janelas dos barracos. E muitos sacos plásticos. "São a pior praga, levam séculos para se desfazer. Mas os peixes e tartarugas e danificam os motores das embarcações", conta.

CONT.



Nelson acha que, ano a ano, em razão da campanha, o lixo tem diminuído. Neste domingo (29), até as 10 horas, haviam recolhido 30 sacos de lixo onde se destacavam embalagens plásticas de óleo de motor, indicativas de lançamento de resíduos de postos de combustível. E, exibida como troféu, um televisor modelo analógico. A expectativa era chegar a 400 quilos.

O lixo amontoado em sacos pretos na entrada do píer será recolhido na segunda-feira (30) pela Terracom, a serviço da Prefeitura, graças à iniciativa do jornalista Thiago Macedo, "o Tortuga", e levado para o Sítio das Neves.



Proprietários de terras indígenas até 1988 podem receber indenização

SÍTIO TRIBUNA HOJE, 29.03.2015

A CCJ do Senado aprovou na quarta-feira (25) um documento que possibilita a indenização a detentores de títulos dominiais de terras reconhecidas como indígenas até 5 de outubro de 1988

Trata-se do substitutivo à Proposta de Emenda da Constituição (PEC) 71/2011, que “vem trazer justiça e paz ao campo entre ocupantes de terras indígenas e [os próprios] indígenas, porque cria a possibilidade de indenização das benfeitorias e da terra ocupada de boa-fé por pessoas que se instalaram munidos de títulos de reforma agrária ou outros concedidos pelos governos estaduais ou federal”, comentou o autor do projeto, senador Luiz Henrique (PMDB-SC), segundo o site CenarioMT.

Contudo, resta o perigo de uso indevido deste instrumento legislativo, especialmente no quadro das tensões entre os indígenas brasileiros e a chamada bancada ruralista no Congresso. Portanto, o senador defendeu a aprovação dizendo: “Não podemos não aprovar uma lei pelo risco de alguém usar de má fé”.

PEC 215

Há outra PEC temida pela comunidade indígena e que pode ser desarquivada neste ano no Congresso: a 215/2000. Modifica a Constituição ampliando a lista das competências do Congresso incluindo nela a de avaliar novas demarcações. Existe muito receio entre as lideranças indígenas de que comece uma ocupação das terras que deveriam ser declaradas indígenas para fazer exploração de recursos.

A Fundação Nacional do Índio (FUNAI) manifestou-se categoricamente contra a PEC 215, qualificando-a como um “equivoco jurídico”. A Fundação destaca o protesto “da sociedade civil, parlamentares e lideranças indígenas de todas as regiões do Brasil” contra a medida.

Incerteza

A FUNAI há dois anos está sem liderança fixa. O atual presidente, Flávio Chiarelli, ex-procurador chefe da Procuradoria Federal Especializada, é interino, como duas antecessoras suas, Marta Maria Azevedo e Maria Augusta Assirati. E “a nomeação do presidente da FUNAI <...> é feita pela Casa Civil da Presidência da República”, segundo a assessoria de imprensa deste órgão.

CONT.



A FUNAI assegura que o governo federal “orienta” para “o maior diálogo possível entre os órgãos da administração pública federal e entes federados eventualmente interessados” para “minimizar os conflitos de interesse e construir consensos, contribuindo para a redução de conflitos”.

“Dentro dessa linha, no governo Dilma, foram aprovadas 31 terras indígenas pela Funai”. De acordo com a FUNAI, este número supera os indicadores referentes ao primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso e ao segundo de Lula da Silva.

Inação do poder público

De acordo com a assessoria de imprensa da própria FUNAI, o organismo tem que esperar uma ação por parte do governo também em questões referentes a outras áreas da sua atividade:

“Atualmente, existem 13 processos de demarcação de terras indígenas que aguardam decisão da expedição de Portaria Declaratória pelo Ministério da Justiça; e 21 processos de demarcação de terras indígenas que aguardam homologação pela Presidência da República e 1 processo que aguarda o decreto de desapropriação pela Presidência da República”, sublinha a mesma fonte oficial.

No entanto, a decisão sobre esses processos não cabe à FUNAI, senão ao governo.

A polêmica em torno da questão indígena ganha relevância neste primeiro ano do segundo mandato de Dilma Rousseff, quando todo aspecto da vida política do país pode ser usado como argumento pelas partes. Por isso é de esperar que haja mais notícias sobre este assunto.

Presidente do Tribunal de Justiça entrega veículo para atender as crianças indígenas
SÍTIO A CRÍTICA, 29.03.2015



Depois da promessa feita à comunidade indígena da aldeia Porto Lindo, na inauguração do Posto Avançado da Justiça (Pajus) em Japorã, o presidente do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, Des. João Maria Lós, entregou, na última quarta-feira (25), o veículo Kombi do TJMS ao prefeito da cidade, Vanderley Bispo de Oliveira.

O carro será utilizado no transporte de 33 crianças indígenas da aldeia com quadro de desnutrição. A decisão do presidente do TJ veio com o relato do cacique da aldeia, Roberto Carlos Martins, durante a instalação do Pajus. Sensibilizado, o desembargador prontificou-se em disponibilizar um veículo do Tribunal, que iria a leilão, para que sirva de instrumento para levar as crianças desnutridas ao tratamento junto a médicos e nutricionistas do Centro de Combate à Desnutrição de Japorã. "Coincidiu de nós estarmos lá, no lugar certo, na hora certa. Fundamentalmente a nossa preocupação é que as crianças sejam atendidas. É um ato modesto, mas que acredito que seja de grande valia". Para o prefeito Vanderley de Oliveira, muitas pessoas estão no lugar certo na hora certa e não fazem nada para mudar a realidade. "João Maria Lós, com 34 anos de magistratura, foi sensível a esta causa e fez a diferença. Uma Kombi, que para uma estrutura de Poder Judiciário pode parecer pequena, com certeza vai salvar muitas vidas", disse o prefeito de Japorã, que ressaltou ainda que "muitas dessas crianças salvas com esta doação poderão ser pessoas dignas e boas que, com certeza, repetirão o gesto como gratidão". Segundo o presidente do TJ, a única preocupação é que estas crianças não passem por mais dificuldades. "Gentileza gera gentileza", completou o desembargador João Maria Lós. A partir de agora os servidores da prefeitura buscam em casa a criança com a mãe e, ainda, os demais irmãos, que apresentam sintomas de desnutrição. Todos vão passar o dia no Centro de Combate à Desnutrição, que conta com médico, enfermeiro, nutricionista e demais membros da equipe (zeladores, cozinheiros, merendeiros e

CONT.



motoristas) da Prefeitura de Japorã. No local as crianças recebem todo o atendimento necessário, recebendo alimentação balanceada para a melhora da saúde.

O termo de doação do veículo Volkswagen Kombi foi assinado pelo presidente do TJMS, pelo Des. Ruy Celso Barbosa Florence, pelo prefeito de Japorã e pelo vice-prefeito, Gabriel Klasman. O veículo foi doado para a prefeitura de Japorã, pois a aldeia Porto Lindo não possui CNPJ.

A entrega do veículo foi acompanhada pelos juízes auxiliares da Presidência, Paulo Afonso de Oliveira, Alexandre Antunes da Silva e Luiz Antonio Cavassa de Almeida, e pelo diretor-geral da Secretaria do TJ, Marcelo Vendas Righetti, exaltado pelo presidente do TJMS como o grande responsável por viabilizar a doação.

Atingidos por cheia usam canoa como meio de transporte, em Rondônia

SÍTIO PORTAL AZ, 29.03.2015



O Rio Madeira chegou até a casa de muitos moradores do Bairro Balsa, localizado na região central de Porto Velho, e já impede que o transporte de casa até a rua seja feito a pé, carro ou moto. A comunidade que vive às margens da Avenida Farquar, que tem grande fluxo de veículos e pessoas, apela para a canoa como meio de transporte.

O Rio Madeira reduziu 14 centímetros e chegou a 16,64 metros nesta sexta-feira (27), em Porto Velho, conforme a Companhia de Pesquisa e Recursos Minerais (CPRM). A cota está 38 centímetros mais baixa que a registrada na última segunda-feira (23), quando o rio atingiu 17,02 metros. A média histórica para 27 de março é de 15,34 metros, mas em 2014, quando aconteceu a cheia histórica, nesta mesma data a água atingiu 19,66 metros.

O morador Jorge Moreira Santos, de 74 anos, diz que todo ano a água sobe, mas nada se compara com a cheia do ano passado, que chegou ao pico de 19,74 e deixou quase 30 mil pessoas desabrigadas. Segundo ele, todos na comunidade possuem uma canoa, porque é o meio de transporte mais viável quando o rio começa a subir.

CONT.



"Fazemos uma 'trepeira' e redobramos o cuidado. Nunca pensei em sair de casa, até a cheia do ano passado. Agora o perigo está constante, tem dias que parece maré, o rio sobre rápido, nunca foi assim. Uma hora tá cheio, outra hora esvazia", lamenta seu Jorge que é um dos atingidos pela cheia e também aguarda a entrega de um apartamento no residencial Orgulho do Madeira, prometido pelo Governo do Estado às famílias desabrigadas na cheia de 2014.

O funcionário público Raimundo Silva, de 34 anos, diz que mora no Bairro Balsa desde que tinha 1 ano de idade e nunca pensou em sair. Ela relata que quando era pequeno, os parentes e amigos iam tomar banho no lago e lamenta o fato de hoje haver tanto lixo e poluição.

"A água, para a gente, nunca foi de assustar, mas agora é diferente. Ano passado eu sabia que ia subir, mas não do jeito que foi", diz.

De acordo com Silva, é comum que uma grande cheia aconteça no período de dez anos. "Deu uma em 1976, outra em 1986 e outra em 1997. A última foi a do ano passado, e só nesta eu tive minha casa atingida e pensei em me mudar", lamenta o morador.

G1



Queimadas em áreas protegidas já passam de 6 mil este ano

SÍTIO ISA, 29.03.2015

Autor: Paulo André Vieira

Fonte: ((o))eco - <http://www.oeco.org.br/>

Apesar de existirem para proteger as áreas naturais brasileiras, desde 1o de janeiro de 2015 até o dia 28 de março, o INPE já havia detectado 6.313 focos de incêndio dentro de unidades de conservação. O campeão disparado foi a Terra Indígena Raposa Serra do Sol, com 383 focos de queimadas. Na categoria Parque Nacional, o mais atingido foi o Parque Nacional de Ilha Grande (http://www.wikiparques.com/wiki/Parque_Nacional_de_Ilha_Grande), localizado entre os estados do Paraná e Mato Grosso do Sul, com 139 focos de incêndio. Abaixo, veja tabela com todos os focos de queimadas detectados dentro de UCs.

O sistema do INPE detecta a existência de fogo na vegetação, mas não é capaz de avaliar o tamanho da área que está queimando ou o tipo de vegetação afetada. Além disso, não detecta todos os focos de queimadas existentes. Frentes de fogo com menos de 30 m ou que aconteçam apenas no chão de uma floresta densa, sem afetar a copa das árvores, não são perceptíveis, bem como aquelas de curta duração, que ocorram no intervalo entre as passagens dos satélites.

Criado em 1997, O Parque Nacional de Ilha Grande (não confundir com o Parque Estadual da Ilha Grande (http://www.wikiparques.com/wiki/Parque_Estadual_da_Ilha_Grande), no litoral de RJ) reúne um complexo ecossistema que integra o Corredor de Biodiversidade do rio Paraná. Dentro de seus limites, encontra-se um número significativo de espécies que constam da lista brasileira de espécies ameaçadas de extinção. É um dos maiores arquipélagos fluviais do mundo, formado por lagos, lagoas, áreas de várzea e cerca de 300 ilhotas. Visto do espaço elas formam belas imagens, como esta do Google Earth: <http://www.oeco.org.br/images/stories/mar2015/parna-ilhagrande01.jpg>

Mas não foi preciso navegar muitos pelas imagens de satélite do programa Landsat para encontrar estas imagens abaixo, feitas com apenas um ano de diferença: <http://www.oeco.org.br/images/stories/mar2015/parna-ilhagrande02.jpg>

Em 2010, o parque ficou a perigo quando um juiz da Vara Federal Ambiental, Agrária e Residual de Curitiba declarou caduco o decreto que o criou, atendendo a uma ação civil pública movida por colônias de pescadores que se dizem prejudicadas com a existência do parque. O juiz interpretou que o parque sequer valia no papel, porque não houve desapropriação dos moradores da área no prazo de cinco anos ou implantação de seu plano de manejo. A sentença foi suspensa após recurso do IBAMA, por possibilidade de dano irreparável caso a decisão passasse a gerar efeitos imediatos mas no futuro fosse modificada.

CONT.



A colunista de ((o))eco Maria Tereza Pádua torcia para que o grave episódio servisse de alerta aos responsáveis atuais pelas unidades de conservação federais. "Não se pode continuar ignorando o maior problema do sistema federal, qual seja o da regularização fundiária das unidades de conservação já estabelecidas oficialmente" (<http://www.oeco.org.br/maria-tereza-jorge-padua/23856-displicencia-gera-nulidade>), escreveu à época. "Movam-se, por favor. Do contrário vamos ter um país sem unidades de conservação, tendo em vista o andar da carruagem".

Confira a tabela com todos os focos de queimadas detectados dentro de UCs disponível no link original da notícia.

Confira no link original da notícia mapa que apresenta todos os 139 focos de queimadas detectados no Parque Nacional de Ilha Grande até 28/03/2015. A margem de erro é de cerca de 1 km, mas pode chegar a 6 km.

<http://www.oeco.org.br/blog-do-wikiparques/29024-queimadas-em-areas-protegidas-ja-passam-de-6-mil-este-ano>

'Operação Curare V' destrói pistas clandestinas em garimpo de Roraima

SÍTIO GLOBO.COM, 29.03.2015



Pista do Espadim, localizada às margens do Rio Uraricoera, no Noroeste de Roraima foi explodida pelo Exército (Foto: Exército Brasileiro/Divulgação)

Como parte das ações desenvolvidas na Operação 'Curare V', o Exército Brasileiro explodiu duas pistas clandestinas na região Noroeste de Roraima que davam suporte ao garimpo ilegal, segundo informações do serviço de inteligência da instituição. A operação, que tem como finalidade combater crimes transfronteiriços no estado, está sob o comando da 1ª Brigada de

Infantaria de Selva.

Uma das pistas destruídas, a Pista do Espadim, ficava localizada às margens do rio Uraricoera, no extremo Noroeste de Roraima. A outra, que foi inutilizada nesse sábado (28), ficava no meio da selva, em área indígena Yanomami, também na mesma região do estado. De acordo com o Exército, foram utilizados 45 quilos de explosivos na operação.

A 'Curare V', que ocorre em todo o arco fronteiriço e áreas indígenas de Roraima, tem como foco combater o narcotráfico, descaminho, tráfico de armas e munições, crimes ambientais, contrabando de veículos, imigração ilegal e o garimpo ilegal.

CONT.



Dados da Operação

Nos 3 dias primeiros dias de operação, foram apreendidos, conforme informou o Exército, 245 litros de combustível que são avaliados em R\$ 40 mil; 370 m³ de madeira de extração ilegal, que representam mais de R\$ 110 mil; cerca de R\$ 26 mil em material oriundo de garimpo e 3 veículos sem documentação.